



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE MAIO DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[José António Ribeiro de Carvalho](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Foi lida a mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 49/XVII — «Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade».

Entretanto, o Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) assinalou a presença, nas galerias, da Embaixadora da Grécia e do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Portugal, que foram aplaudidos pela Câmara.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do CH, foram debatidas e votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º 393/XVII/1.ª (CH) — Aumenta os

limites da compensação por morte ou invalidez permanente decorrentes dos riscos próprios da atividade policial ou de segurança e prevendo que o Estado assegure a indemnização civil com direito de regresso contra o lesante, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 394/XVII/1.ª (CH) — Cria o suplemento especial de serviço por funções operacionais na Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras da Polícia de Segurança Pública, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 444/XVII/1.ª (CH) — Estende aos elementos da Polícia de Segurança Pública colocados nas regiões autónomas o suplemento de fixação atribuído ao corpo da guarda prisional, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 607/XVII/1.ª (CH) — Determina a

aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública e ao Corpo da Guarda Prisional, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 615/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estabelece a presunção de licitude, em determinadas circunstâncias, de uso de armas de fogo, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 616/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, na atual redação, clarificando o regime de detenção em flagrante delito pela polícia municipal e a entrega imediata do detido à PSP ou à GNR, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 704/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação de uma equipa de análise retrospectiva do suicídio nas forças de segurança, no âmbito da Inspeção-Geral da Administração Interna, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 619/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o regime de cálculo das pensões do pessoal militar e militarizado e do pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do corpo da guarda prisional, revertendo os cortes introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 881/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do regime remuneratório dos militares da Guarda Nacional Republicana, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 882/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da Polícia de Segurança Pública, o cumprimento integral do acordo celebrado em 2024 e a revisão do regime remuneratório, das carreiras e dos suplementos aplicáveis ao pessoal com

funções policiais, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 949/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela adoção de medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 950/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Pela reorganização da Polícia de Segurança Pública, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 951/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a valorização remuneratória, a dignificação profissional e o reforço da saúde ocupacional dos profissionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 952/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda o reforço do policiamento de proximidade, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 953/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a criação de um complemento salarial de apoio ao custo de vida para as forças de segurança deslocadas, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 954/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Prevenção e promoção da saúde mental para as forças de segurança, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados **André Ventura** (CH), **Hugo Soares** (PSD), **Jorge Pinto** (L), **Cristóvão Norte** e **Carolina Marques** (PSD), **Fabian Figueiredo** (BE), **Pedro dos Santos Frazão** (CH), **Filipe Sousa** (JPP), **Inês de Sousa Real** (PAN), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Patrícia Carvalho** (CH), **Rui Rocha** (IL), **José Barreira Soares** (CH), **Patrícia Gonçalves** (L), **Marta Martins da Silva** (CH), **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD), **Paula Santos** (PCP), **Isabel Alves Moreira** (PS), **Francisco José Martins** (PSD), **Pedro Vaz** (PS), **Nuna Menezes** (PSD) e **André Rijo** (PS).

O Presidente (**Diogo Pacheco de Amorim**) encerrou a sessão eram 17 horas e 48 minutos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, peço o favor de irem tomando os vossos lugares para podermos dar início aos trabalhos.

*Eram 15 horas e 3 minutos.*

Peço às forças de segurança o favor de abrirem as galerias.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Figueira, Secretário da Mesa.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para comunicar à Câmara que se encontra, como é habitual, nos suportes institucionais da Assembleia da República, o conjunto de iniciativas que deram entrada desde a nossa reunião última reunião.

Comunico, agora, uma mensagem de Sua Excelência, o Presidente da República: «De acordo com o disposto no artigo 279.º, n.º 1, da Constituição, o Presidente da República devolveu à Assembleia da República o Decreto n.º 49/XVII, que altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade, uma vez que o Tribunal Constitucional se pronunciou, em sede de fiscalização preventiva, pela inconstitucionalidade das normas constantes dos n.º 1, das alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 4 e n.º 5 do artigo 69.º-D, a aditar ao Código Penal pelo artigo 2.º do Decreto da Assembleia da República n.º 49/XVII.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Quería anunciar à Câmara que se encontram nas galerias a Sr.<sup>a</sup> Embaixadora da Grécia, Konstantina Kamitsi, e o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Portugal, o Sr. Deputado George Stamatis, os quais, aliás, também participarão, hoje, às 18 horas, na Biblioteca Passos Manuel, numa sessão relativa às relações Portugal-Grécia, que contará ainda com a participação do Ex.<sup>mo</sup> ex-Selecionador Nacional Fernando Santos e do jogador Evangelos Pavlidis, para a qual, desde já, se convidam todos a estarem presentes.

*Aplausos gerais.*

Vamos passar ao segundo ponto da ordem do dia, que consta de uma fixação requerida pelo Chega, em que serão debatidos os Projetos de Lei n.ºs 393/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Aumenta os limites da compensação por morte ou invalidez permanente decorrentes dos riscos próprios da atividade policial ou de segurança e prevendo que o Estado assegure a indemnização civil com direito de regresso contra o lesante, 394/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria o suplemento especial de serviço por funções operacionais na Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras da Polícia de Segurança Pública, 444/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estende aos elementos da Polícia de Segurança Pública colocados nas regiões autónomas o suplemento de fixação atribuído ao corpo da guarda prisional, 607/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública e ao corpo da guarda prisional, 615/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estabelece a presunção de licitude, em determinadas circunstâncias, de uso de armas de fogo, e 616/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, na atual redação, clarificando o regime de detenção em flagrante delito pela polícia municipal e a entrega imediata do detido à PSP ou à GNR, o Projeto de Resolução n.º 704/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação de uma equipa de análise retrospectiva do suicídio nas forças de segurança, no âmbito da Inspeção-Geral da Administração Interna, o Projeto de Lei n.º 619/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o regime de cálculo das pensões do pessoal militar e militarizado e do pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do corpo da guarda prisional, revertendo os

cortes introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro, e os Projetos de Resolução n.ºs 881/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do regime remuneratório dos militares da Guarda Nacional Republicana, 882/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da Polícia de Segurança Pública, o cumprimento integral do acordo celebrado em 2024 e a revisão do regime remuneratório, das carreiras e dos suplementos aplicáveis ao pessoal com funções policiais, 949/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela adoção de medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança, 950/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Pela reorganização da Polícia de Segurança Pública, 951/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a valorização remuneratória, a dignificação profissional e o reforço da saúde ocupacional dos profissionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, 952/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda o reforço do policiamento de proximidade, 953/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a criação de um complemento salarial de apoio ao custo de vida para as forças de segurança deslocadas e 954/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Prevenção e promoção da saúde mental para as forças de segurança.

Para apresentar das iniciativas do seu partido, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Marcámos esta ordem do dia quando se tornou evidente para o País, e para quem todos os dias tem de lidar com a insegurança em Portugal, que a relação das forças de segurança com o seu próprio País estava a ficar cada vez mais degradada.

Marcámos esta ordem do dia quando ficou claro para todos que a relação entre polícias, forças de segurança e forças da ordem em Portugal estava a atingir o seu grau zero de reconhecimento e o seu grau zero também em termos de dignificação do seu trabalho.

Marcámos esta ordem do dia quando o Governo da República, liderado pelo seu Ministro da Administração Interna, permite-se fazer gala da expulsão de polícias a toda a hora, da sua perseguição com processos disciplinares, sem nunca ter em conta aquilo que, de manhã à noite, passam para assegurar o mais básico da nossa vida: a nossa segurança e a de todos.

*Aplausos do CH.*

Ninguém quer ser polícia hoje em Portugal. Ninguém quer ser polícia hoje em Portugal! Ninguém quer ser polícia pelos encargos que assume, pelo risco que toma, por aquilo que não lhe é reconhecido. Mas também ninguém quer ser polícia em Portugal porque passou a ser a profissão mais descartável de todas.

Polícias, quer nacionais, quer municipais, forças de segurança e forças da ordem são vistas como inimigas pela esquerda e são vistas como descartáveis pelo Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tornámo-nos um País em que as forças de segurança deixaram de ser o elo essencial que nos une e nos protege, para se tornarem o alvo de todo o fanatismo de esquerda que quer tirar dignidade a quem nos protege e a quem nos dá segurança.

*Aplausos do CH.*

Como disse, nas últimas semanas, tivemos um Ministro da Administração Interna que todos os dias se dedicou a falar da expulsão de polícias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... de como era importante acabar com os sentimentos políticos ou exacerbados das forças de segurança, de como era importante limpar as forças de segurança.

Para que fique claro, aquilo que na esquadra do Rato alegadamente aconteceu, aquilo que acontece em qualquer esquadra, ponto policial ou local de forças de segurança neste País, que envolva agressões a cidadãos, que envolva tortura sobre cidadãos — sejam eles quais forem —, claro que são episódios graves e claro que são circunstâncias grave. Mas o que temos, hoje, é um Ministro que olha para a gravidade da

conduta dos polícias e não vê que, todos os dias, sublinho, todos os dias, polícias são agredidos, torturados, insultados, atacados. E, segundo o *Relatório Anual de Segurança Interna* que temos, o último, de 2025, uma média de três polícias por dia são agredidos. Não são alguns numa esquadra, não é nem no Rato, nem no Porto, nem no Algarve.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Todos os dias, neste País, há polícias agredidos, torturados, atacados e insultados, sem uma palavra do Ministro da Administração Interna.

*Aplausos do CH.*

O Governo diz-lhes, por isso: trabalhem, fiquem calados e não se pronunciem sobre nada. Mas é o mesmo Governo que diz que temos de combater este sentimento político nas forças de segurança e que os deixa sem absolutas condições para poderem trabalhar com a dignidade que lhes pedem.

Em Vila Nova de Gaia, as esquadras estão infestadas de ratos. O Governo sabe isso, o País todo também sabe. Na Guarda, no Porto, em Coimbra, chove dentro das esquadras há anos. Este Governo sabia disto, o Governo do PS também, a geríngonça também, todos sabiam disso. Mas dizemos aos polícias: trabalhem e calem, que é para ver se conseguem fazer melhor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O salário médio dos polícias em Portugal é da escala mais baixa da Europa, estando atrás do Chipre e da Eslovénia. Em Portugal, pagamos menos, em média, a um polícia do que no Chipre. Sublinho: do que no Chipre e na Eslovénia. Era o Governo de António Costa, foi o Governo de Luís Montenegro. Pedimos aos polícias que sejam saco para toda a pancada, sem lhes darmos o mínimo de dignidade salarial que merecem.

Mais, um polícia que, hoje, tem 10 ou 15 anos de serviço vê que, fruto das grandes alterações que o Governo fez, alguém que entra agora numa força policial ganha mais do que quem está lá há 10 ou 15 anos. Dizem-lhes que, mesmo assim, protegem a sua dignidade e a sua vida. Vejamos se o fazem mesmo.

Há uns anos a esta parte, numa instalação do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) morreu um cidadão ucraniano. Esse cidadão chamava-se Ihor Homeniuk. Diz-se que foi morto dentro de uma esquadra do SEF. O Estado atribuiu-lhe uma indemnização de 700 000 €. Sublinho, 700 000 € a um ucraniano que morreu nas instalações do SEF.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — E ressuscitou depois disso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — No ano passado, um polícia foi assassinado numa operação de combate ao tráfico de droga no Algarve, tendo falecido após ser abalroado por uma lancha de narcotraficantes. O Estado deu-lhe uma indemnização que não chegou a 200 000 €.

Ou seja, é uma vergonha,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque o Estado dá a um estrangeiro uma indemnização de 700 000 € e a um polícia uma indemnização de 200 000 €!

*Aplausos do CH, de pé.*

É uma vergonha! Uma vergonha sem nome! Uma vergonha que desonra Portugal! E uma vergonha que desonra aqueles que gostam das forças de segurança. É uma vergonha! Uma vergonha 10 vezes, 20 vezes, 100 vezes, 1000 vezes, enquanto não respeitarmos quem nos defende neste País.

*Aplausos do CH.*

A vida do estrangeiro acima da vida do polícia que nos defende. A vida do estrangeiro acima da força da ordem que nos assegura a vida de todos os dias. A maior humilhação que podemos ter enquanto Nação.

Os polícias hoje têm medo de agir. Sucodem-se notícias umas atrás das outras. Há dois dias, três polícias foram atacados a soco na Queima das Fitas, após um estudante, embriagado, começar a distribuir socos pelos polícias que o rodeavam. Um estudante. O que é que lhe aconteceu? Termo de identidade e residência.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH) — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — No ano passado, um polícia partiu um dedo enquanto tentava imobilizar um assaltante e o tribunal considerou que é normal e expectável que um cidadão resista quando é detido por um polícia...

**Vozes do CH:** — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e que, se partiu um dedo, foi no âmbito da sua atividade. Por outras palavras, tem de se aguentar. Não, não tem de se aguentar. O bandido é que tem de se aguentar!

*Aplausos do CH.*

Ele é que tem de se aguentar. Não é o polícia que tem de se aguentar. É o bandido que tem de se aguentar.

Ontem, à hora em que terminavam os trabalhos parlamentares e pelo fim da tarde dentro, um grupo de ciganos decidiu fazer o faroeste em Ponte de Sor. Enquanto a GNR (Guarda Nacional Republicana) transportava um cigano do tribunal para a prisão, um grupo de ciganos decidiu fazer uma emboscada ao carro da GNR. Filmado, visto, à luz de todos: polícias atacados, tiros disparados, ataque à esquadra, ataque à instalação policial e ataque ao veículo policial.

O País vê isto como se nada fosse. Se há um ataque a um imigrante, os jornais abrem todos às oito horas da noite com o mesmo assunto. Se há um ataque de ciganos a polícias, isso não interessa,...

*Aplausos do CH.*

... não é importante e não devemos falar disso. Se há um ataque a forças policiais, isso é descartável. É o Estado de direito, é a democracia. Se um polícia é assassinado, é a democracia. Se se toca numa minoria, tocou-se no essencial do pilar do que é a democracia.

Foi isto que construímos nos últimos anos. Foi isto que demos ao nosso País nos últimos anos: que quem é força de autoridade, que quem é força de Estado, que quem é português não interessa, porque se for uma minoria terá sempre mais direitos.

O que propomos hoje é simples e sensato para Portugal.

Propomos que os polícias voltem a ter o suplemento de risco, que sempre deviam ter tido, na equiparação plena, e que o Partido Socialista os impediu de ter.

Propomos que quem é assassinado no âmbito do seu serviço tenha uma compensação de vida pelo trabalho que fez.

Propomos que um País, que reconhece as suas regiões autónomas com uma autonomia a sério, aceite o suplemento de fixação dos polícias nessas regiões.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH) — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E propomos o reforço da autoridade, porque saibam isto: 62 % dos polícias assassinados, nas últimas duas décadas, em Portugal, tinham entre 20 e 29 anos. Desses ninguém quer

saber, porque isso não importa recordar. Miúdos e miúdas que deram a sua vida para que este País fosse um bocadinho melhor, assassinados à queima-roupa por bandidos cujo nome não sabemos nem conseguimos lembrar. Miúdos e miúdas mortos porque quiseram ser polícias, sem nunca terem tido a compensação adequada ou a dignificação assegurada.

Todos os anos se suicidam inúmeros elementos das polícias nas nossas esquadras, em suas casas, nas suas vidas. Nunca é notícia ou raramente o é, porque não queremos saber. Passou a ser notícia só o que tocava no imigrante, o que tocava no estrangeiro, o que tocava na minoria ou, claro, no que toca no Partido Socialista.

O percurso de desvalorização das forças de segurança não começou hoje. Não é culpa nem exclusiva responsabilidade deste Governo. Começou há muitos anos, mas sobretudo quando o Partido Socialista, apoiado pela extrema-esquerda, decidiu que a polícia não fazia falta, que devíamos acabar com eles e que, como dizia um dirigente do Bloco de Esquerda, tínhamos de repensar a continuidade da existência da polícia.

Hoje, temos a oportunidade de repor, de forma sensata e clara, à polícia e às forças de segurança o seu direito, mas também e sobretudo a sua dignidade. Como dizia um dirigente socialista, eu não sei bem, mas há momentos em que o Parlamento nos está a ver. Hoje, não é só o Parlamento que nos está a ver; hoje, o País está a ver-nos.

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento. Como é que quer responder, Sr. Deputado?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, para o primeiro pedido de esclarecimento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria saudar o Chega por trazer ao Plenário um tema que é relevante. Tudo aquilo que tem que ver com as forças e os serviços de segurança tem uma relevância acrescida.

Mas queria dizer, Sr. Deputado André Ventura, que, ao contrário do que o senhor e a sua bancada acharam, o que o senhor aqui fez foi tirar força àquela que deve ser a autoridade das forças e serviços de segurança.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Deputado André Ventura e o Chega usam a seu bel-prazer as forças e serviços de segurança para poder vender a sua narrativa absolutamente — e aqui sim — populista. Porque é que é populista, Sr. Deputado André Ventura? É populista porque o Sr. Deputado André Ventura consegue usar determinados factos, que são verdade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Pensava que eram mentira!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que estão circunstanciados; mas consegue, na mesma intervenção, fazer uma coisa que normalmente faz durante o dia, que é dizer coisas diferentes durante um dia todo. Hoje, conseguiu dizer coisas diferentes nos 6 minutos da sua intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foram 10 minutos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado André Ventura começou por dizer que, quando o Sr. Ministro da Administração Interna era Diretor Nacional da Polícia Judiciária, o Sr. Diretor Nacional da Polícia Judiciária era um homem que punha os seus homens, os homens da Polícia Judiciária, à frente de tudo. Hoje, que é

Ministro da Administração Interna, já não põe as forças e os serviços de segurança à frente dos outros interesses. Sr. Deputado André Ventura,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que falou nisso?!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Delírio!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado Pedro Pinto, vou responder-lhe: foi precisamente o Sr. Deputado André Ventura que começou por dizer que o Sr. Ministro da Administração Interna passa os dias a pedir a expulsão de forças e serviços de segurança.

**Vozes do CH:** — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Queria deixar três questões muito concretas ao Sr. Deputado André Ventura e queria que me respondesse com o mesmo grau de concretude.

Primeira: quantas vezes ouviu o Sr. Ministro da Administração Interna defender a expulsão ou suspensão de um militar ou de um agente da PSP? O senhor, se tivesse responsabilidades, não fazia o mesmo?

Segunda: qual foi o Governo que mais valorizou a carreira e a remuneração das forças e serviços de segurança?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Está para vir!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Terceira: qual seria a sua atitude, se fosse Ministro da Administração Interna, perante a barbárie a que assistimos na esquadra do Rato?

Diga-me, por favor, sem populismos, mas fale com verdade de uma vez por todas...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Deputado André Ventura, um debate sobre forças de segurança pode sempre ser importante. Pode ser até fundamental se discutirmos como dar melhores condições de carreira a estes profissionais do Estado; como garantir a sua própria segurança; como lhes garantir melhores condições de saúde física e também mental; e até se pudermos discutir questões como as questões estruturais das suas esquadras, nas quais têm de trabalhar e muitas vezes não têm quaisquer condições de trabalho.

Podia também ser importante se discutíssemos questões como a sua formação; se discutíssemos, afinal, como é que podemos assegurar que quem acede à formação, seja para guarda, seja para polícia, tem a formação adequada.

Mas nada disso está em causa neste debate agendado pelo Chega.

*Protestos do Deputado do CH Rui Cardoso.*

Absolutamente nada disso motivou o Chega a agendar este debate. Aquilo de que se trata, aquilo que motivou o Chega a agendar este debate hoje é que o Chega não consegue dizer, sem mas nem meio mas, que condena o comportamento hediondo de uma minoria de agentes na esquadra do Rato.

*Aplausos do L.*

Aquilo que motiva este agendamento hoje do Chega é, como ainda agora ouvimos, a incapacidade e a falta de coragem de André Ventura de dizer que condena, sem mas nem meio mas, o comportamento hediondo de meia dúzia de agentes na esquadra do Rato.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Tens de ouvir melhor!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cotonetes!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E deixe que lhe diga, Sr. Deputado, que tenho a certeza absoluta de que a enormíssima maioria das forças de segurança, de que a enormíssima maioria dos polícias, daqueles que aqui estão hoje, daqueles que aqui trabalham, estão ao lado do colega que denunciou estes comportamentos, e não ao lado dos agressores que fizeram práticas de tortura. Tenho a certeza absoluta.

*Aplausos do L.*

É isso que nos distingue, porque, enquanto aqui, deste lado, estamos para defender e valorizar as forças de segurança, o Sr. Deputado está aqui, uma vez mais, para as instrumentalizar a seu favor.

*Protestos do CH.*

Mas deixe que lhe diga, Sr. Deputado, que aquilo que está a fazer é um desserviço às forças policiais. Aquilo que está a fazer é querer equiparar todas as forças de segurança com esta ínfima minoria.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tens de limpar os ouvidos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Portanto, a minha pergunta, Sr. Deputado, é muito simples: vai ter hoje a coragem de aqui, finalmente, sem mas nem meio mas, condenar estas práticas de tortura...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de ouvir melhor!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... e condenar, sem qualquer condicionante, estas forças policiais que são ultraminoritárias?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês não ouviram!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É limpar os ouvidos!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder a estes dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, sem desprimor ao Sr. Deputado Hugo Soares, vou começar pela resposta, que é um pouco mais simples, ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, só para lhe dizer isto: o Sr. Deputado precisa de pôr cotonetes nos ouvidos, porque não ouviu bem o que eu disse.

*Risos do CH.*

Não me leve a mal!

Eu comecei por dizer que os atos que foram alegadamente cometidos na esquadra do Rato eram graves, que merecem censura e que foram absolutamente condenáveis. Ninguém teve dúvida disto.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não! Não, com «mas» mesmo. Mas sabe qual é o «mas»? É: mas não se pode condenar a esquadra do Rato e deixar ao arbítrio quando uma minoria mata um polícia ou fá-lo destruir...

*Aplausos do CH.*

*Protestos do L.*

Foi isso que eu disse.

É que, sempre que há um caso de um polícia, ouvimos do Ministro da Administração Interna, e é primeira página nos jornais; quando é um polícia morto, agredido ou ferido, ninguém quer saber!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, é um «mas», sim. Sabe porque é que é «mas»? Não é o meu «mas». Olhe, é o «mas» destes homens e destas mulheres, é o «mas» deles, que também são vidas, também são cidadãos, também merecem respeito.

Portanto, Sr. Deputado, eu não sou daqueles, e o Chega não é daqueles partidos que, quando há uma rusga no Martim Moniz, dizem «Ai, meu Deus, temos de acabar com as forças de segurança, que eles estavam a fazer muito mal!», como os senhores disseram. Até foram ao Presidente da República dizer que estavam a fazer muito mal.

Mas, quando um polícia é emboscado e assassinado, ficam caladinhos, desculpem a expressão, que nem ratos! Que nem ratos, que é o que os senhores são.

*Aplausos do CH.*

O Sr. Deputado Hugo Soares pergunta qual é o Governo que mais valorizou as forças de segurança. Eu não sei.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se não sabe, é ignorância!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é este de certeza. Temos a certeza de que não é este!

*Risos do CH.*

Mas tenho uma sugestão para si, Sr. Deputado. Até vou, com a autorização do Sr. Presidente, dar esta sugestão. O Sr. Deputado saia daí de onde está, com todo o respeito, e vá ali acima ter com os polícias que estão nas galerias. São polícias que ali estão. Vá ali ter com eles e pergunte-lhes assim: «Sentem-se valorizados?» E eu tenho a certeza de uma coisa — ou cortem-me esta mão...

**Vozes do PSD, da IL e do CDS-PP:** — Eh lá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tenho a certeza de uma coisa! Tenho a certeza de uma coisa! Sr. Deputado Hugo Soares, tenho a certeza de uma coisa. Se perguntarem a cada um destes homens e mulheres que aqui estão, eles vão dizer que sabem uma coisa: que este Governo não os valorizou nada e que continuam a ser tratados como descartáveis.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vou dar-lhe a faca, Sr. Deputado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Hugo Soares, trouxe aqui, e vou ler, esta expressão. Vou ler: «Queremos uma valorização remuneratória...»

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, por favor, criem as condições para que o orador...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Corte a mão!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — ... possa responder aos pedidos de esclarecimento.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

Srs. Deputados, querem acabar com o diálogo pouco simpático? Estou a falar para as duas bancadas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São os Deputados do Chega! Não querem deixar o Presidente falar!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado André Ventura, faça favor, parece que agora consegue continuar.

*Pausa.*

Sr. Deputado, o que é que se passa?

**Vozes do CH:** — Está *off*!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O microfone não liga!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O sistema é sempre assim!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não tem microfone? Srs. Deputados, é só um momento, para se resolver tecnicamente a situação.

**Vozes do CH:** — O tempo!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — O tempo está parado!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado André Ventura, pode retomar. Parece que já está a funcionar outra vez.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, penso que já se ouve bem.

Sr. Deputado Hugo Soares, para além de todas as propostas em que o PSD nos últimos meses votou contra — aumentar as pensões de aposentação de polícias, nomeadamente polícias que tinham sido agredidos e que sofreram no âmbito do seu próprio trabalho —, juntou-se, nos últimos meses, ao pior do que aquela esquerda tem feito, que é fingir que está ao lado dos polícias. Mas, sempre que há qualquer coisa, generaliza tudo contra os polícias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É ao contrário!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Este é o Governo que temos hoje.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, sabemos todos que cabe ao orador saber como faz o uso do tempo que lhe é destinado. Isso é política, é política do Parlamento, e eu não tenho nada a apontar sobre isso, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a interpelação?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Apenas queria deixar à consideração da Mesa, e do Sr. Deputado André Ventura, que terá ainda tempo, porque tem outras questões, o seguinte: eu deixei três questões ao Deputado André Ventura; às três, ele respondeu zero.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas isto é o quê?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, é um princípio seguido nesta Casa que cabe ao orador responder como entender àquilo que entender.

*Aplausos do CH.*

Srs. Deputados, vamos para o segundo grupo de pedidos de esclarecimento, tendo a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, Portugal, felizmente, não é o país tomado pelo medo que o Sr. Deputado pretende retratar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é o Bangladesh!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — E esse retrato que o Sr. Deputado faz só conduz a uma e única coisa, é propagar o medo, é disseminar o caos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então estás cá a fazer o quê?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... é enfraquecer as forças de segurança e minar a própria autoridade do Estado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Quem quer estar neste debate com seriedade tem de se cingir a dados,...

*Protestos do CH.*

... tem de observar factos e tem de garantir que a sua linguagem respeita o património de consideração das forças de segurança e o trabalho inestimável que elas fazem ao serviço de Portugal.

*Protestos do CH.*

Defender as forças de segurança, Sr. Deputado André Ventura, é, antes de mais, exigir que sejam exemplares, é exigir que assumam o poder que nós lhes outorgamos, que respeitem integralmente a autoridade do Estado e que, em respeitando, subscrevam aquilo que são as suas missões e garantam o cumprimento dos seus deveres.

Procurar garantir que não é esse o caso, procurar confundir matérias que não têm aqui significado é um mau serviço, é denegrir as forças de segurança e é não garantir o pilar de soberania e de serviço ao Estado de direito que é fundamental.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

E, portanto, eu quero dizer-lhe que não compreendo quando o Sr. Deputado diz que este Governo não procura dignificar as forças de segurança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem o Bloco de Esquerda!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Olhemos para factos, factos irrefutáveis: o subsídio de risco com um aumento substancial,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quanto, quanto?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... de 300 € por mês, são mais de 4000 € por ano.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Olhemos para a negociação que existe nas carreiras, nas questões da saúde, para a aquisição de meios operacionais, para o próprio discurso que visa defender as forças de segurança, que visa credibilizá-las, que visa dar garantias aos cidadãos e ao serviço do Estado.

Mas a questão que eu lhe quero fazer é só uma: responda às perguntas do Sr. Deputado...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, nas respostas e nos pedidos de esclarecimento, quem intervém é quem pede esclarecimento e quem dá a resposta. Não são as bancadas, sejam elas...

*Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do PSD.*

Agradecia — agradecia! — que este princípio fosse seguido. Apartes são apartes, tumulto é tumulto!

**Vozes do PSD:** — Ah!...

*Aplausos do PSD e da IL.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, isto é uma chamada de atenção para todas as bancadas — não estou a excluir nenhuma!

*Aplausos do CH e do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Bom, Srs. Deputados, espero que isto seja entendido, para que possamos chegar ao fim deste debate calmamente.

Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carolina Marques, do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Carolina Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, o Chega diz querer proteger os profissionais das forças de segurança, mas aquilo que um dos projetos faz é criar uma presunção baseada numa perceção razoável do agente sobre uma ameaça iminente.

*Protestos do CH.*

Ora, como é que o Chega concilia esta presunção com princípios da necessidade, adequação, proporcionalidade, que regem o uso da força letal no Estado de direito? É que nem sequer no regime de legítima defesa basta aquilo em que alguém acredita subjetivamente. O direito exige que os critérios estejam preenchidos e aquilo que o vosso projeto faz é deslocar o centro da análise para uma perceção individual do agente.

Mas há aqui outra condição que importa esclarecer. Diz um dos projetos de lei que as *bodycams* são instrumentos fundamentais da proteção destas forças de segurança e de transparência operacional. Mas, depois, apresentam um regime em que se o agente tiver uma *bodycam*, deixa automaticamente de beneficiar desta proteção. E se não a ligar, também perde esta proteção. Afinal, em que é que ficamos? A proteção desaparece pela existência da *bodycam* ou pela sua não ativação?

E, já agora, não considera que criar conceitos vagos e inseguros sobre o uso da força letal também acaba sempre por aumentar a pressão colocada sobre os próprios profissionais, em situação limite?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Carolina Marques** (PSD): — Sr. Deputado, aquilo que as forças de segurança precisam...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto é substância, requinte, classe, categoria!

A Sr.<sup>a</sup> **Carolina Marques** (PSD): — ... é de regras claras, é de proteção jurídica, não é de exploração política da vulnerabilidade humana.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder aos pedidos de esclarecimento,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Aos três!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — ... tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu estava a tentar não envergonhar o PSD neste debate,...

**Vozes do PSD:** — Oh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas assim vai ter mesmo de ser. Se é mesmo, então vai ter mesmo de ser.

Diz o Sr. Deputado Cristóvão Norte: «Não acha, Sr. Deputado, que isto põe em causa o património e a linguagem que devem ser feitos para valorizar as forças de segurança?» Ó Sr. Deputado, eu vou dizer-lhe uma coisa, olhos nos olhos, não leve mal: estes homens e mulheres estão-se nas tintas para o património e para a linguagem — eles querem é proteção do Estado! É isso que eles querem, para poderem trabalhar.

*Aplausos do CH.*

Eles estão fartos! Eles estão fartos da conversa que ora é socialista, ora social-democrata, de uma universalidade, de uma necessidade conjunta. Estes homens e mulheres dão a vida para que vocês possam andar em segurança todos os dias! O que eles querem é proteção — proteção!

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada pergunta: «Mas não acha que isto cria um princípio da necessidade que pode pôr em causa o trabalho das forças de segurança?» Sabe qual é a necessidade? É eles não terem medo de usar a arma quando há bandidos com armas em todo o lado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa é que é a necessidade!

*Aplausos do CH.*

A necessidade é não haver 10 ciganos a correr para um carro com armas, e eles terem medo de usar a arma! Essa é que é a necessidade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa é que é a necessidade! Essa é que é a necessidade deles! É isso que é a necessidade deles!

*Aplausos do CH.*

Não é os senhores aí «blá blá blá blá!» É lá, quando os ciganos vêm para o carro. E eu gostava que a chamassem a si e que fosse lá:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou ao Cristóvão Norte!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... «Espere, espere, parem, parem! Vai-vos falar uma Deputada do PSD sobre a necessidade e a proporcionalidade!»

Eles querem é saber que se usarem ordem e autoridade, nós não estaremos contra eles, mas estaremos a favor deles — a favor deles! —, que é isso que nós estaremos, a favor deles.

*Aplausos do CH.*

Sr. Presidente, eu vou pedir à Mesa para distribuir a todo o Parlamento o que a bancada do PSD fez em matéria de polícias e de ordem pública nos últimos meses. Desde as pensões de aumento para polícias, até à clarificação do regime da Polícia Municipal, até ao suplemento de risco, passando pelo uso de armas e explosivos, passando pela agressão contra agentes de autoridade — tudo o vento levou! Isto é tudo o que o PSD votou contra.

*O orador exhibe um documento.*

Isso não vale, Sr. Deputado Cristóvão Norte. Há um momento em que podemos estar sempre a dizer para trás e para a frente que «sim, sim, sim, vamos valorizar a polícia!», mas o que fazemos, uma e outra vez, é apunhalá-los pelas costas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E é isso que os senhores têm feito nos últimos tempos!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Convém deixar isto claro de início — a PSP (Polícia de Segurança Pública) defende-nos da tortura e da violação, a PSP não a pratica.

O que aconteceu na esquadra do Rato é um crime que envergonha quem o cometeu, mas não envergonha a instituição, não envergonha os milhares e as milhares de agentes que todos os dias arriscam a vida pelos portugueses. Também exige, sobretudo da nossa parte, que estejamos ao lado da justiça.

Exige, também, que denunciemos o oportunismo do Chega, que instrumentaliza a farda para alimentar o seu projeto autoritário.

*Protestos do CH.*

Quem defende verdadeiramente a polícia, defende-a com dignidade. Não confunde o agente, que salva e protege, com um criminoso.

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, mais de metade dos agentes da PSP ganha menos de 1500 € brutos por mês, partilham quartos como estudantes, fazem serviços gratificados para o salário esticar até o fim do mês. A tabela remuneratória de base não é revista desde 2009. Perderam mais de 30 % do poder de compra. Metade do efetivo tem mais de 45 anos e morrem mais polícias por suicídio do que em funções — muitos mais.

Esta é a dura verdade que não pode passar ao lado deste debate. Por isso, trazemos hoje dois diplomas, um que acaba com os cortes brutais nas pensões, porque quem deu 30 anos de serviço ao bem comum, à segurança de todos, não pode perder metade do salário ao reformar-se; e um outro diploma que exige a tabela remuneratória revista, o reconhecimento da profissão como de desgaste rápido, a paridade do suplemento com a Polícia Judiciária e o reforço urgente da saúde ocupacional.

Não se pode exigir aos polícias e aos militares da GNR apenas suor e farda. Devemos-lhes salário justo, condições, tempo para viver, tratar bem quem nos protege. É isso a democracia.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento por parte do Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Agora é que vai ser bom!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, espero que a minha intervenção não lhe provoque um qualquer ataque de pânico imaginário, como parece que as minhas intervenções e os meus *posts* na *internet*...

*Risos do CH.*

... provocam ao líder do seu partido, que, aliás, não está aqui sentado hoje, porque os portugueses assim não querem.

Mas o que eu vinha perguntar é se acha, de facto, que os portugueses não sabem que o senhor, ali de cima, da tribuna, não deu o benefício da presunção da inocência aos polícias da esquadra do Rato; e se os portugueses também não sabem que o Bloco de Esquerda passou anos a alimentar ódio — sim, ódio! —...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... contra as forças de segurança e a desculpabilizar a violência contra estes nossos polícias.

Isto porque os senhores tinham um assessor que dizia, é bom lembrar, que a bófia era uma bosta. E não disse só uma vez, disse uma vez e outra vez. Esta é a primeira prova, Sr. Deputado.

*O orador exhibe uma notícia.*

A segunda prova é que os senhores provocam, mobilizam e apoiam manifestações antirracistas, onde foram encontrados cartazes desta índole: «Polícia bom é polícia morto».

*O orador exibiu uma fotografia contendo o cartaz com a frase que mencionou.*

Veja, Sr. Deputado, veja, olhe para aqui, se tem coragem. Olhe para aqui, se tem coragem, Sr. Deputado!

*Aplausos do CH.*

E na mesma manifestação, um cartaz dizia: «Do Minnesota até ao Porto, polícia bom é polícia morto».

*O orador exibiu uma fotografia contendo o cartaz com a frase que mencionou.*

Sr. Deputado, não tem vergonha destas declarações, destes cartazes? Vai ou não pedir hoje desculpa por causa destes cartazes nas vossas manifestações?

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E a terceira prova, Sr. Deputado, de que o Bloco de Esquerda apoia a violência, é que numa manifestação pelo direito à habitação, apoiada e convocada também pelo Bloco de Esquerda, acabaram com violentos confrontos contra a polícia no Martim Moniz, e o Sr. Deputado estava lá e também apoiou. Está aqui, Sr. Deputado: «manifestação acaba em confrontos contra a polícia».

*O orador exibiu uma notícia.*

Vai ou não pedir desculpa aos polícias e vai ou não continuar a proteger os antifas e os bloquistas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... que odeiam e atacam a polícia?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo tem outro pedido de esclarecimento. Pressuponho que queira responder em conjunto, pelo que passo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, para o segundo pedido de esclarecimento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vou fazer uso daquilo que o Sr. Presidente há pouco disse, quando interpelei a Mesa. E assim é, de facto, os oradores usam a palavra como querem.

Ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo vou só dizer-lhe que nós estamos manifestamente nos antípodas da relação que o Sr. Deputado e o Bloco de Esquerda têm com as forças e os serviços de segurança — nos antípodas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nós não temos dúvida nenhuma: entre um criminoso ou um agente da PSP ou um guarda da Guarda Nacional Republicana, nós estamos sempre do lado da PSP e da Guarda Nacional Republicana!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, Sr. Presidente, fiz esta menção apenas porque me queria dirigir ao Deputado André Ventura.

*Protestos do CH.*

Ele terá ainda...

*Continuação de protestos do CH.*

Ele terá ainda...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Regimento, pá?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, sendo, como é evidente, à margem, muito à margem do Regimento, suponho que o Sr. Deputado André Ventura não se importará e, portanto, faça favor de prosseguir.

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado André Ventura terá ainda muitas oportunidades para responder às três perguntas que lhe deixámos.

**Vozes do CH:** — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas há uma coisa que eu queria dizer. O Sr. Deputado André Ventura disse: «Eu corto a minha mão se houver alguém na GNR ou na PSP que tenha reconhecido que este aumento, esta valorização que o Governo fez, foi o melhor de sempre».

Ó Sr. Deputado André Ventura, não lhe vou dar nem uma faca para a mão, porque não quero que o Sr. Deputado André Ventura apareça aqui mutilado,...

*Protestos do CH.*

... mas eu vou-lhe dizer. Paulo Santos, dirigente sindical, presidente da ASPP (Associação Sindical dos Profissionais da Polícia), que creio que sabe o que é,...

*Protestos do CH.*

... diz o seguinte: «É um passo importante: assinámos porque este acordo garante uma valorização imediata, que os polícias não podiam esperar mais». Mais, César Nogueira, presidente da APG (Associação dos Profissionais da Guarda), diz o seguinte: «Conseguimos chegar a um valor que é possível, neste momento, e representa a valorização (...)» — ouça bem, Sr. Deputado, mas não use a faca — «(...) que não existia há décadas», Sr. Deputado, há décadas!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para responder a estas duas questões, dispõe de 53 segundos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Frazão, nem sabe o quão contente fiquei por me interpelar.

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Trouxe-nos um conjunto de mentiras, o que não é novidade, porque o Sr. Deputado é o mais certificado dos mentirosos desta Assembleia da República.

*Protestos do CH.*

É o certificado da justiça portuguesa!

Por isso, não surpreende que tenha trazido uma mentira atrás da outra. Já agora, o Sr. Deputado André Ventura pediu-nos para olhar para as galerias e eu olhei. Vi o Sr. Vereador Bruno Mascarenhas e, já que falou de assessores, onde é que está a Mafalda Livermore? Pensava que o debate de hoje era sobre as forças de segurança e não sobre fuga ao fisco ou arrendamento ilegal.

*Risos de Deputados do PS e do L.*

Mas, Sr. Deputado, como tem muito tempo, peço que ainda esclareça.

Sr. Deputado Hugo Soares, agradeço-lhe. Temos isso em comum: entre a PSP e a GNR, entre os criminosos e quem cumpre a lei, estamos sempre ao lado de quem cumpre a lei!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Peço, por isso, que a sua bancada viabilize os dois projetos que o Bloco aqui traz para valorizar a remuneração dos agentes da PSP, dos militares da GNR e para também refazer a justiça no seu sistema de pensões.

*Protestos do CH e contraprotestos do BE e do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ó palhaço! Ó palhaço, vê isto!

*A oradora exibiu os cartazes anteriores.*

Onde é que estão os vossos autarcas do Porto? Em nenhuma galeria!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Meus senhores, agora, para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Faça favor, Sr. Deputado.

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, pedia o favor de criarem as condições para o Sr. Deputado Filipe Sousa poder falar.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ó Jorge, quantos votos é que tiveste?

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!  
Sr. Deputado Filipe Sousa, acho que agora já consegue. Faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há profissões que se escolhem e há missões que se abraçam com a própria vida. Ser polícia da PSP ou militar da GNR, em Portugal, não é apenas vestir uma farda. É sair de casa sem saber se regressa, é passar noites longe da família, é enfrentar o perigo, quando todos os outros fogem dele. É proteger a tranquilidade dos portugueses, mesmo quando o próprio Estado esquece quem os protege. E, hoje, nesta Assembleia, temos a obrigação moral e política de dizer basta.

**Vozes do CH:** — Chega! Chega!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Basta de discursos bonitos no dia da polícia e no dia da Guarda. Basta de homenagens vazias, basta de promessas que ficam esquecidas nas gavetas dos ministérios.

Porque a verdade é dura, a PSP está cansada, a GNR está cansada, as nossas forças de segurança, incluindo os guardas prisionais, estão envelhecidos, sobrecarregados e cada vez mais desmotivados. E, quando cresce a criminalidade de violência, enquanto aumentam as exigências operacionais, enquanto o País vai exigindo mais presença policial nas ruas, nas fronteiras, nos bairros, nas estradas e nas zonas rurais, o Estado continua a exigir mais, dando cada vez menos.

Pergunto: que País é este que exige coragem aos seus polícias e militares, mas lhes nega a valorização? E que País é este, que aplaude os agentes e guardas nas cerimónias e os abandona no fim do mês? E que País é este onde quem arrisca a vida pela segurança pública vive, muitas vezes, sem segurança no próprio futuro? Os profissionais da PSP e os militares da GNR não pedem privilégios, pedem respeito. Pedem justiça, pedem condições dignas para servir Portugal. Estamos a falar de homens e mulheres, sujeitos a risco permanente; de profissionais que trabalham por turnos, em horários desumanos, sob enorme pressão psicológica e emocional. Estamos a falar de pais e mães que passam aniversários longe dos filhos; de guardas e agentes deslocados, a centenas de quilómetros, das suas famílias; de carreiras bloqueadas, de suplementos desajustados e pensões desatualizadas. Depois, não podemos ficar admirados que os jovens não queiram ingressar nas forças de segurança.

Por isso, digo, com naturalidade, que não há democracia forte com forças de segurança fracas e não há tranquilidade pública quando aqueles que garantam a ordem vivem em permanente sentimento de injustiça. E não há futuro para Portugal se continuarmos a tratar os nossos profissionais de segurança como números.

É tempo desta Assembleia escolher de que lado está. Do lado da indiferença ou do lado daqueles que, todos os dias e todas as noites, colocam a própria vida em perigo? A dignidade da PSP e da GNR não pode continuar a ser adiada. Quem protege Portugal merece mais do que aplausos, merece reconhecimento, merece valorização e merece justiça — é isso que os nossos dois diplomas trazem a esta Casa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Este não é um debate novo neste Parlamento, mas é um debate que não pode ser tratado nem como chicana política, nem como uma arma de arremesso. Também não nos revemos nos antípodas, nos antípodas de quem, como o Deputado André Ventura ainda há pouco dizia, de se usar a ordem e a austeridade,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Autoridade!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... têm de saber que estaremos com eles e não contra eles.

Seja a austeridade ou a autoridade, a verdade é que não podemos ignorar casos, como o que aconteceu na esquadra do Rato, que não são aceitáveis, mas também não têm, nem podem ser, como nos antípodas, vistos como o todo. Quem procura uma farda ou quem escolhe uma farda para servir o País tem de confiar que também estaremos não só para os valorizar, mas também proteger, quando necessário, nas duas dimensões, na dimensão do cidadão, mas também na dimensão do profissional.

Contrariamente ao Chega, o PAN condena a violência.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Ninguém quer saber o que o PAN acha!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — É isso que ficou de fora do discurso do Deputado André Ventura e, por isso mesmo, contrariamente a esta visão, achamos que todos, sem exceção, têm de cumprir a lei. Para o PAN, a farda não é, nem pode ser, um alibi para comportamentos criminosos. E contrariamente, também, ao que o Chega defende, a farda da polícia não pode ser uma carta em branco ou, até mesmo, uma imunidade para quem se desvia da sua missão. Pelo contrário, tem de ser exemplarmente punido e não pode haver desculpas, nem branqueamentos.

Mas o debate de hoje não é sobre isso, porque estaríamos a falhar redondamente a todos os profissionais e à sociedade se permitíssemos que o debate se desviasse do essencial. Aliás, enquanto aqui estamos a debater, o Governo está a anunciar as medidas do pacote laboral e — pasmem-se! — não há medidas, pelo menos até agora anunciadas, para as forças policiais. Há medidas, sim, importantes, como é o caso da licença parental 100 % remunerada, por que tanto lutámos nesta Casa para que se tornasse realidade, mas no que diz respeito aos agentes, às condições de trabalho, tudo isso fica de fora daquilo que deveria ser hoje uma realidade, para assegurarmos que existe não só atratividade nas carreiras, em particular, no sistema de seleção dos agentes, com maior controlo e maior atratividade, mas também para garantirmos que, precisamente, as maçãs podres não contaminam o cesto todo.

Neste debate, aproveitamos também para trazer à discussão um tema que não pode ficar esquecido, o tema do suicídio nas forças de segurança. É que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é importante lembrarmos que, todos os anos — todos os anos —, se suicidam, em média, sete elementos das forças de segurança. e que 6 em cada dos 10 elementos das forças de segurança apresenta ideação suicida. O problema é sério e as necessidades estão identificadas. Mas o Governo, que tanto se gaba que tudo faz, nada fez. Prometeu um grupo de trabalho para análise retrospectiva dos suicídios nas forças de segurança e, passado um ano, nada aconteceu.

Por isso mesmo, o PAN hoje traz medidas muito concretas para prevenir o suicídio nas forças e serviços de segurança. Queremos que o grupo de trabalho esteja à luz do dia, mas também que as Linhas SOS existentes apostem mais na componente da prevenção e que sejam alargados aos gabinetes de apoio psicológico e às consultas disponíveis, para os profissionais das forças de segurança.

Há ainda um caminho longo a fazer para restabelecermos a confiança de quem veste uma farda, em que o Governo e os partidos não falharão quando precisam deles para os valorizar, mas também para que a sociedade civil confie quando precisa de os procurar.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de passarmos à próxima intervenção, queria anunciar que estão nas galerias um grupo de 48 cidadãos do passeio municipal sénior de Passos de Ferreira, um grupo de alunos e professores da Escola Pedro D'Orey da Cunha, um grupo de alunos e professores da ELSA (*The European Law Students' Association*) Portucalense, do Porto, um grupo de 57 alunos e professores do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida, de Espinho, um grupo de 39 alunos e professores da Associação de Estudantes Angolanos em Coimbra, um grupo de 30 alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. Pedro I, de Vila Nova de Gaia.

*Aplausos gerais.*

A palavra, agora, ao Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nesta ocasião, queria começar por exprimir a solidariedade do Grupo Parlamentar do CDS com os guardas do Destacamento Territorial de Ponte de Sor, que ontem passaram por uma situação, de todo, inaceitável.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, nesta solidariedade, expressamos também a nossa condenação pelos atos daqueles cidadãos que impediram uma força de segurança de exercer a sua autoridade.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E os ciganos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não podemos deixar de notar que, neste Parlamento, há muita gente que se indigna quando as forças de segurança exercem aquelas que são as suas funções, designadamente quando são chamadas a identificar cidadãos na via pública, mas depois não se indignam quando essas mesmas forças de segurança são, na via pública, impedidas de desempenhar aquela função que desempenham em nome de todos nós, de assegurar aquilo que é a segurança de todos nós, a autoridade que é a autoridade do Estado em nosso nome, à porta de um tribunal, barrando guardas da GNR para permitir a um suspeito da prática de crimes fugir do tribunal e fugir à autoridade da GNR. Isto não pode ser normal, não pode passar despercebido e tem de ser condenado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Todos os que vimos aquelas imagens temos de ficar indignados que no nosso País, que em Portugal, seja possível fugir de um tribunal daquela maneira e pôr em causa daquela maneira a autoridade da GNR.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que o projeto que aqui apresentamos tem muito a ver com a possibilidade de intervir naquele que é o efetivo das forças de segurança, em concreto da PSP, para que mais agentes estejam na rua, mais agentes possam estar envolvidos em funções operacionais, mais agentes possam fazer policiamento. Porque — e basta analisarmos esta situação — percebemos que é talvez o problema há mais anos debatido relativamente às forças de segurança. Não há político que não diga que é preciso tirar polícias de trás de secretárias, que é preciso tirar polícias de funções administrativas, para os pôr em funções operacionais. Mas temos de reconhecer que estamos aqui muitos, passaram muitos anos e continua a haver muitos polícias atrás de secretárias, muitos polícias em funções não operacionais e isso é expresso em números claros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Oiçam, oiçam, oiçam!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Balanço Social da PSP de 2024 revela que existiam naquele momento 21 247 elementos da PSP. Desses, 20 687 em funções policiais e apenas 560 em funções civis. O que é que isso quer dizer? Que muitos destes que têm funções policiais são, efetivamente, chamados a desempenhar funções que podiam ser desempenhadas por civis. Nós só temos 3 % do efetivo da PSP preenchido com civis, quando, comparando com outros países — se comparámos, por exemplo, com a realidade do Reino Unido ou do Canadá, os civis na função equivalente são de 35 a 40 %. Em Espanha e em França, os civis em funções semelhantes são entre 15 % e 25 %. Por isso é preciso dizer, de uma vez por todas, que nós temos mesmo de conseguir fazer esta reforma.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Temos mesmo de conseguir fazer a reforma que permita que todos os elementos das forças de segurança que têm capacidade operacional estejam efetivamente envolvidos em atividade operacional e não estejam presos a atividades administrativas.

Temos, para isto, outro obstáculo, que o balanço social da PSP também releva: temos um envelhecimento muito significativo, neste caso em concreto na PSP. Esse envelhecimento é mais significativo quanto mais altas são as responsabilidades destes elementos. Por isso, temos de perceber uma coisa também: não basta atribuir funções operacionais a quem, neste momento, tem funções administrativas; é preciso rejuvenescer o quadro das forças de segurança. É preciso ter agentes, guardas, com efetiva capacidade operacional, e isso só se consegue com esse rejuvenescimento.

É por isso que o projeto de resolução do CDS aponta no sentido da identificação das funções que atualmente são desempenhadas por efetivos policiais suscetíveis de serem desempenhadas por elementos civis. E, por outro lado, defende que se proceda à avaliação da reorganização necessária na PSP, para que, depois de identificada esta possibilidade de substituição, se possa efetivamente fazer, ao mesmo tempo que se faz um recrutamento que assegure o rejuvenescimento da PSP em termos operacionais, se façam também recrutamentos civis para libertar operacionais para o terreno.

É com esta polícia de proximidade, é com este policiamento mais efetivo, que nós conseguiremos, certamente, assegurar o aumento da segurança, que é tão necessária quanto ontem se viu em Ponte de Sor.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de passar à frente, comunico à Câmara que a Mesa foi, entretanto, informada de que também se encontra na galeria a Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique, que está em visita à Assembleia da República. Sejam muito bem-vindos.

*Aplausos gerais, com o L, o BE e Deputados do PS de pé.*

O Sr. Deputado João Almeida tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Carvalho, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, como dizia há pouco o Sr. Deputado Cristóvão Norte, que já não está aqui, olhemos então para os factos. E os factos são estes: olhe, estas imagens que trago aqui são do interior da esquadra do Pragal, em Almada, são de março deste ano.

*A oradora exibiu fotos ilustrativas do que mencionou.*

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Uma vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — E os polícias — o Sr. Deputado Hugo Soares também não está, mas haja alguém que lhe passe o recado —, os polícias com quem eu falei disseram e cito: «Está tudo a cair de podre, ninguém faz nada, é miserável.»

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Uma vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — É com estes polícias que o Sr. Deputado Hugo Soares devia falar para saber efetivamente o que se passa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Mas, depois temos também uma notícia, de janeiro deste ano, que diz: «Gangue ataca condutor com armas de guerra em Almada.»

*A oradora exibiu o documento que mencionou.*

E depois, pensamos: bom, então o que é que fazemos quanto a isso? O Chega apresentou a proposta de reforço das verbas, para a reabilitação das instalações das forças de segurança, para acabar com situações como estas,...

*A oradora exibiu fotos ilustrativas do que mencionou.*

... e o CDS votou contra, tal como o PSD.

Depois, o Chega apresentou uma proposta, de reforço das verbas para a aquisição de viaturas e equipamentos para as Forças Armadas, e o CDS votou contra, tal como o PSD.

Portanto, assim fica difícil! O Sr. Deputado vem aqui e diz coisas bonitas relativamente à polícia, e nós estamos de acordo, concordo com o que o Sr. Deputado disse dali, mas é que palavras as leva o vento...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — O das Forças Armadas foi ontem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — ... e é a altura de fazermos alguma coisa por estes homens e mulheres que dão a vida para que possamos viver em segurança.

A pergunta que tenho para lhe fazer, Sr. Deputado, é esta: se hoje, finalmente, vai ficar do lado da polícia ou se vai continuar do lado do PSD.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito obrigado pelo pedido de esclarecimento.

Com toda a frontalidade, estamos do lado dos polícias e os polícias sabem-no. Portanto, isso não é, para mim, preocupação, a questão política de que lado se está, porque isso é claro. Mas é preocupação, e muita, as condições em que os polícias, de facto, desempenham o seu papel.

Por isso lhe digo: há, de facto, ainda muitas situações como essa, mas há muito menos do que havia quando nós assumimos funções. E sabe porque é que há muito menos do que havia? Porque temos tomado medidas, exatamente para priorizar a intervenção nas situações mais urgentes.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Por causa do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ainda ontem foi inaugurada uma intervenção de fundo na esquadra da PSP da Damaia. Provavelmente — a Sr.<sup>a</sup> Deputada concordará comigo —, é uma das zonas em que mais urgentemente era precisa esta intervenção.

Não são todas feitas ao mesmo tempo, mas certamente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que se já são mais do que aquelas que encontrámos, vão ser ainda mais no fim deste mandato, a bem dos polícias e a bem da segurança nacional.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que este debate é demasiado sério para que possamos assistir a um tipo de intervenção que é, sobretudo, mais futebolística, de claqué. Portanto, creio que é nossa obrigação sublinhar que é absolutamente inaceitável,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... absolutamente inaceitável, qualquer agressão, e são muitas, são demasiadas: por ano, são mais de 1300 agressões que os agentes da PSP e os guardas da GNR sofrem, em Portugal. É absolutamente inaceitável que assim seja e fica aqui o testemunho, a solidariedade da Iniciativa Liberal a cada uma dessas pessoas que põe a sua vida em risco para defender os portugueses, para defender a segurança do nosso País.

*Aplausos da IL.*

É ainda inaceitável que, nesse contexto, que é um contexto em que põem a sua integridade física em risco para defender a segurança em Portugal, que o Estado muitas vezes se comporte com falta de meios, que não lhes dê os recursos, que não lhes dê os equipamentos, que não lhes dê as instalações. Portanto, esse é um problema que o Estado português tem de resolver.

Não há liberdade sem segurança, não há segurança sem forças da ordem devidamente equipadas, devidamente protegidas, devidamente capazes de exercer as suas funções. Mas agora não é um «mas», é um «e»: e, portanto, cada agressão a um agente da ordem é absolutamente inaceitável, da mesma maneira que é absolutamente inaceitável que alguém que tem uma farda, que tem a confiança do Estado, que tem o monopólio da violência, use essa confiança, use esses meios para pôr em causa a integridade física dos cidadãos portugueses.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Isso é mais grave!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Isto é do mais elementar bom senso.

Portanto, é isto que deve ser dito em Portugal: sempre ao lado das forças da ordem e também sempre a exigir que as forças da ordem atuem nos limites da lei. É básico, é bom senso, é isto que deve ser dito neste Parlamento.

*Aplausos da IL.*

Em segundo lugar, queria referir-me a uma preocupação fundamental, e há hoje, nesta discussão, propostas legislativas que tratam desse problema. Para além das agressões, para além da falta de condições, os elementos que trabalham na segurança dos portugueses têm uma pressão psicológica muito pronunciada, sujeitam-se a situações de risco e não é por acaso, seguramente, que as forças da ordem enfrentam níveis de suicídio absolutamente perturbadores, níveis absolutamente desafiantes para quem é legislador.

Portanto, a Iniciativa Liberal, neste debate, estará ao lado da viabilização das iniciativas que promovem a discussão, promovem soluções para enfrentarmos este problema, estando descrito já também que há uma grande associação entre a situação que enfrentam por estarem muitas vezes longe das famílias, por estarem desenraizados, desenquadrados, que se soma à exigência da própria função.

Agora, estando disponíveis e fazendo a viabilização das iniciativas nesta matéria, quero também dizer que é tempo de agir. Porque ao longo das sucessivas legislaturas tem havido sempre essa preocupação, tem havido sempre iniciativas e elas acabam por não se concretizar. É tempo de agir, é tempo também nessa matéria da saúde psicológica, de estarmos ao lado das forças da ordem e termos meios para os apoiar nos momentos mais difíceis que enfrentam nas suas funções.

Por último, falando concretamente da proposta que a Iniciativa Liberal apresenta: temos ouvido as declarações do Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro da Administração Interna, dos autarcas, e registámos ontem um conjunto de iniciativas, enfim, declaradas pelo Sr. Primeiro-Ministro, no sentido de reforçar em Lisboa e Porto o efetivo das forças da ordem, nomeadamente da PSP.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não é PSP, é PM (Polícia Municipal)!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Agora, há aqui um problema matemático: é que temos um efetivo da PSP que não chega, neste momento, aos 20 000 efetivos. O Sr. Ministro da Administração Interna despachou já, ou comprometeu-se já a passar a uma situação de pré-aposentação 900 agentes da PSP. Este ano, na melhor das hipóteses, com os cursos de formação que estão a decorrer, chegaremos a um efetivo adicional de 1253 agentes.

Entretanto, temos também questões que já foram comprometidas: o reforço da força da PSP no aeroporto, os tais 400 agentes da PSP para Porto e Lisboa, e os números não fecham, porque entre as saídas e as entradas só se pode chegar a uma conclusão: reforça-se Porto e Lisboa e retira-se capacidade aos outros pontos do País.

Ora, isso não nos parece aceitável. Entendemos a necessidade de reforçar o efetivo da PSP em Porto e Lisboa, mas não pode ser à custa daquilo que se passa e da capacidade de intervenção nos outros pontos do País. É isso que queremos ajudar a resolver e temos uma proposta, que já trouxemos a este Parlamento, mas vamos voltar a insistir.

Em Portugal, há apenas, na melhor das hipóteses, 5 % de elementos, que trabalham nas polícias, que são elementos civis, nomeadamente em áreas administrativas. Este número compara muito mal com o que se passa noutros países, e vou dar apenas alguns exemplos: na Suécia, 32 % são funcionários civis; na Finlândia, 28 %; na Dinamarca, 25 %; e se quisermos ir a experiências mais próximas da nossa realidade, França 17 %, Itália 13 % e Espanha 10 % — portanto, está cá em baixo, mas, ainda assim, é o dobro do que existe em Portugal.

Por isso, aquilo que propomos é simples: há um conjunto de tarefas administrativas que não devem ser asseguradas por agentes da PSP e por guardas da GNR; essas funções administrativas devem ser asseguradas por funcionários civis, preparados, capacitados, motivados para fazer esse tipo de funções.

Aquilo que queremos é polícia de proximidade. Reforço, sim, da presença em Porto e Lisboa, mas também nos outros pontos do País, libertando os agentes e os guardas que estão neste momento em funções administrativas e pondo essas funções a serem asseguradas por elementos e funcionários civis.

Queremos polícia na rua, queremos polícia próxima dos cidadãos, queremos polícia respeitadora dos direitos, liberdades e garantias e queremos polícia apoiada, suportada com meios e com a certeza de que este Parlamento e os portugueses estão ao seu lado, sempre que ajam nos limites da lei.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Peço desculpa, mas a informação vai chegando cadenciadamente à Mesa, portanto, agora assinalamos que se encontram também nas galerias elementos da SINAPOL (Sindicato Nacional da Polícia), da Associação União de Guardas, da Associação Socioprofissional Independente da Guarda e da Associação Nacional de Oficiais da GNR.

*Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, de pé, e do BE.*

O Sr. Deputado Rui Rocha tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Barreira Soares, do Chega. Sr. Deputado Barreira Soares, faça favor, tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, o discurso que aqui fez não foi minimamente coincidente com a proposta que colocou aqui.

Ora, a pergunta que lhe vou fazer é simples, é extremamente simples. A Iniciativa Liberal não se envergonha de, num momento destes, apresentar uma proposta que se limita a recomendar o reforço do policiamento de proximidade e, não contentes com o título da proposta, vão mais longe e dizem que existe uma fatia considerável de agentes das forças de segurança alocados a tarefas administrativas e de secretaria! Como se fossem tarefas menores e como se os agentes fossem uns preguiçosos! Como se fossem uns preguiçosos que, em vez de estarem na rua, estão à secretária!

Não é culpa do computador, sabe porquê? Saia à rua, à segunda-feira é pago para ir para a rua. E se for para a rua ouvir os polícias, sabe que eles não têm viaturas. Não têm viaturas!

*Aplausos do CH.*

Não têm viaturas! Não têm viaturas! E do que me lembro da Iniciativa Liberal, e quero saber também se ainda o fazem, é fechar esquadras! Fechar esquadras, isso é do que me lembro da Iniciativa Liberal. A Iniciativa Liberal não quer saber dos riscos que os agentes da autoridade correm no exercício das suas funções. Parece não querer saber que muitos destes profissionais recebem salários miseráveis, apesar de colocarem a sua vida em risco.

Portanto, uma coisa é certa: o Chega tudo fará para melhorar a segurança nas ruas, para devolver dignidade às forças de segurança e para garantir que os agentes da autoridade têm aquilo a que têm direito, a mais condições de trabalho e mais respeito! É muito importante o respeito!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Imagino que o Sr. Deputado Rui Rocha queira responder. Portanto, faça favor.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Barreira Soares, percebo o desconforto, o senhor gostava que eu tivesse feito outro discurso, mas eu fiz o discurso que fiz. E o senhor veio com um documento preparado...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... para acusar a Iniciativa Liberal de um conjunto de circunstâncias que não correspondem ao discurso que fiz.

*Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.*

Ora, uma coisa lhe garanto, o discurso que fiz é um discurso consciente, é um discurso sentido...

*Continuação de protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.*

... e vou voltar a dizer: a Iniciativa Liberal terá sempre, sempre, sempre,...

*Continuação de protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.*

... uma posição de defesa das forças de segurança, de defesa dos seus meios. E depois, como o Sr. Deputado já trazia o texto previamente escrito, há aqui um problema. Diz o Sr. Deputado: «Ora bem, o senhor quer tirar os polícias de trás das secretárias,...

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Mas não têm viaturas!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... quer tirar os polícias das esquadras.»

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Não têm viaturas, Sr. Deputado!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E diz que é um ataque, o que estou a fazer aos polícias! Não, eu insisto, Sr. Deputado Barreira Soares, eu quero os polícias na rua. Eu quero pôr os polícias na rua, perto das pessoas,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Exato!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... porque eu também acredito que quem vai para a polícia ou vai para a GNR, o que quer é servir as pessoas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro! Obviamente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E diz o senhor: mas as funções administrativas não são dignas, não são importantes? Claro que são! Alguém que as faça, com competências para isso, com gosto nisso. Um polícia deve estar na rua, perto dos cidadãos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E depois, diz o Sr. Deputado: «Mas não há viaturas!» Ó Sr. Deputado, mas, então, se não houver camas no hospital, os médicos o que é que fazem? Vão fazer tarefas administrativas?

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Vão para casa!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não! Então, resolva-se o problema! Resolva-se o problema da falta de meios, insista-se com o Estado — esteja o PS, esteja o PSD — para que ponha meios à disposição, para que haja dignidade, haja viaturas, haja gasóleo para as viaturas, para os polícias estarem onde devem estar: na rua! E disso não prescindimos.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os agentes da autoridade, que desempenham uma função indispensável na proteção das pessoas e na salvaguarda da segurança pública.

Sobre este tema, a posição do Livre não poderia ser mais clara: é fundamental dignificar as forças de segurança, garantir-lhes condições de trabalho e assegurar que exercem as suas funções ao serviço de uma sociedade plural, respeitando os direitos fundamentais de todas as pessoas e os princípios do Estado de direito democrático. A dignificação não se manifesta só perante quem já exerce a profissão, é também um fator de atratividade para a profissão.

Em Portugal, nos últimos anos, o aumento dos custos da habitação agravou de forma estrutural o custo de vida suportado, sobrecarregando trabalhadores que exercem funções públicas essenciais. Esta realidade tem impacto direto na capacidade de recrutamento, na fixação e na permanência de elementos nas forças de segurança, sobretudo em cidades com rendas mais elevadas e com pouca oferta de habitação acessível.

Como resposta a este problema, o Livre apresenta hoje um projeto de resolução que recomenda a criação de um complemento salarial de apoio ao custo de vida para elementos das forças de segurança deslocados, complemento salarial esse destinado a compensar o agravamento dos custos com habitação e a reforçar o recrutamento e retenção de efetivos em territórios de maior pressão habitacional. Aliás, o próprio Governo, no âmbito da estratégia Construir Portugal, admitiu a necessidade de soluções específicas para trabalhadores essenciais, incluindo as forças de segurança. Esperamos, por isso, que os partidos que apoiam o Governo possam acompanhar esta proposta.

Mas quando falamos de condições de trabalho das forças de segurança, não podemos deixar de falar de saúde mental. A atividade das forças de segurança caracteriza-se por elevados níveis de exigência física e psicológica, pela exposição constante a situações de risco e a desgaste emocional. E durante demasiado tempo, esta realidade geradora de fragilidades foi escamoteada ou, pelo menos, tratada como um assunto secundário.

Por isso, o Livre apresentou um projeto de resolução para que as forças de segurança sejam reconhecidas como grupo prioritário na Estratégia Nacional de Prevenção do Suicídio, para reforçar a integração da saúde mental na medicina do trabalho e também para desenvolver programas de formação e literacia em saúde mental, incluindo prevenção do *burnout* e do suicídio.

Por outro lado, não temos dúvidas de que o recurso à força por parte das forças de segurança deve sempre ser excecional e obedecer a princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade, garantindo em todas as circunstâncias o respeito pelos direitos fundamentais de todas as pessoas. E dizemo-lo recordando não só os casos de violência, maus-tratos e abuso de poder por parte de alguns elementos das forças de segurança que marcaram os últimos anos, mas também alertas de vários organismos internacionais, europeus e nacionais, para a persistência destas situações em Portugal.

Por isso, o Livre já apresentou uma terceira iniciativa, ainda que não se encontre em discussão hoje neste debate, que é destinada ao reforço das medidas de prevenção e combate à violência policial e ao abuso de poder por elementos de forças de segurança, propondo medidas concretas. O que é que propomos? Instalação de sistemas de videovigilância em todos os espaços de detenção e veículos de transporte de pessoas detidas; garantia de acesso imediato a advogado desde o início da detenção; reforço dos critérios de admissão e permanência nas forças de segurança, com avaliações psicológicas, testes de deteção de radicalização e de controlo de idoneidade também ao longo de todo o percurso profissional; e o reforço da formação inicial e contínua em direitos humanos, combate à discriminação, prevenção de extremismos, uso proporcional da força e prevenção de maus-tratos e abuso de poder. Porque proteger as forças de segurança também é garantir que elementos que praticam atos violentos e maus-tratos não têm lá lugar.

*Aplausos do L.*

Só com a garantia destas condições, a valorização efetiva das forças de segurança e da sua função, indispensável na proteção de todos e na salvaguarda da segurança pública, ao mesmo tempo que se assume um compromisso claro no combate à violência policial e ao abuso de poder, é que poderemos garantir que há dignidade para quem integra estas forças de segurança e estas profissões.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, do Chega.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, a aritmética deste debate é fantástica: o Chega traz seis projetos de lei para mudar a realidade, o Livre traz dois conselhos para enfeitar a realidade e fingir que faz alguma coisa. Mas aqui já ninguém é tolo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Aliás, já toda a gente sabe, já toda a gente percebeu a contradição política do Livre. Hoje, vem recomendar apoios à habitação, saúde mental, blá-blá-blá. Muito bem, nada contra, mas onde é que fica a saúde mental destas pessoas, quando a mensagem política que o Livre passa é sempre a mesma: desconfiança e suspeição?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Qual desconfiança?

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Portanto, os senhores querem apoiar os polícias ou querem vigiar os polícias?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — É que são coisas muito diferentes, Srs. Deputados. Nunca vemos o Livre com a mesma indignação quando um agente é agredido, cercado, ameaçado, humilhado, abandonado pelo Estado.

**Vozes do CH:** — Muito bem! É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Aí, caladinhos, caladinhos! Nunca se indignam quando há homens e mulheres fardados a serem atacados no cumprimento do seu dever.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Portanto, a pergunta é muito simples: vocês querem ou não tutelar ideologicamente a autoridade?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva conhece, com certeza, o Regimento desta Assembleia, que só permite que arrastemos dois projetos ou duas iniciativas a este debate.

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.*

Não conhece? Não conhece?

*Protestos do CH.*

Pronto, vá ler o Regimento. Vá ler o Regimento!

*Continuação dos protestos do CH.*

Mais uma vez — mais uma vez —, como tem acontecido nos últimos debates e nas últimas intervenções que temos feito, o Chega não deve ter ouvido nada do que eu disse. Aliás, eu notei, estavam todos à conversa. Estavam todos à conversa ou então seguiram o conselho do Sr. Deputado André Ventura e puseram uns cotonetes nos ouvidos, não é?

*Protestos do CH.*

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, ouça,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Está a fingir!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — ... ouça, leia os projetos de resolução do Livre, vá atrás, ouvir a minha intervenção. E estamos conversadas.

*Aplausos do L.*

*Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa não é contigo! E estás aí sentado, mete-te em pé!

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito boa tarde, Srs. Deputados.

Enquanto o Plenário dá condições para a próxima intervenção, aproveito para anunciar mais presenças que estão a assistir à nossa sessão de hoje e, desta vez, temos o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional e a Associação de Chefias do Corpo da Guarda Prisional. Sejam também bem-vindos à Casa da democracia.

*Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do JPP, de pé, e do PCP e do PAN.*

A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD, até 18 minutos e 2 segundos, se esse for o seu objetivo. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O PS está com tanta vontade que ainda nem falou! Já passou meia hora de debate e o PS, bola!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Também tens fotos para mostrar ao PS?

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Discutimos hoje o tratamento dado pelo Estado às forças de segurança e a autoridade das polícias, em Portugal. E importa começar por dizer com clareza que durante demasiado tempo o Estado exigiu tudo aos profissionais da PSP e da GNR, mas deu-lhes pouco em troca. Exigiu disponibilidade permanente, exigiu risco, exigiu sacrifício familiar, exigiu presença nas ruas, firmeza, contenção, coragem e autoridade; mas durante anos assistimos à degradação das condições materiais, à perda da atratividade das carreiras, à falta de investimento em instalações, equipamentos e efetivos e também a uma crescente erosão da autoridade do Estado.

Foi precisamente para inverter esse caminho que o Governo liderado por Luís Montenegro assumiu a segurança interna como uma prioridade estratégica e os resultados estão a aparecer.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o primeiro sinal político que este Governo deu foi inequívoco: valorizar quem protege Portugal.

*Aplausos do PSD.*

Depois de anos de reivindicações ignoradas, o Governo avançou com a revisão do suplemento por serviço e risco da PSP e da GNR. Em 2024, através do Decreto-Lei n.º 50-A/2024, a componente fixa do suplemento foi significativamente reforçada. Em 2025, voltou a ser aumentada e, em 2026, volta novamente a subir. Estamos a falar de um aumento acumulado de milhares de euros anuais para muitos profissionais das forças de segurança.

Isto não é apenas uma medida remuneratória, é uma mensagem política clara: o Estado reconhece a especificidade, o risco e a exigência da função policial, porque não existe autoridade do Estado sem a autoridade das forças de segurança e não existe autoridade policial sem profissionais valorizados.

Mas o Governo não se ficou pelas palavras. O Governo tomou medidas concretas para colocar mais polícias nas ruas. Foi pedido à Direção da PSP um levantamento dos agentes colocados em funções administrativas, precisamente para libertar efetivos para o patrulhamento, para a prevenção criminal e para a proximidade às populações.

A lógica é simples: os polícias devem estar onde fazem falta: junto das pessoas, no terreno, na prevenção, na investigação e na resposta operacional.

Ao mesmo tempo, o Governo garantiu a entrada de cerca de 1000 novos agentes, até ao final de 2026, permitindo, pela primeira vez em muitos anos, inverter a tendência de perda líquida de efetivos. Nessa medida, o Primeiro-Ministro comunicou a disponibilidade de 400 novos polícias para Lisboa e Porto, até ao final do ano de 2026.

*Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.*

Isto significa mais capacidade operacional, mais presença policial, mais segurança para os cidadãos.

A Sr.<sup>a</sup> **Carolina Marques** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há outro ponto absolutamente essencial: os meios. Durante anos, ouvimos discursos sobre a modernização das forças de segurança, mas a verdade é que muitas esquadras continuaram degradadas, muitas viaturas envelhecidas e muitos profissionais sem equipamento adequado.

O atual Governo assumiu essa realidade com frontalidade. O atual Ministro da Administração Interna afirmou que encontrou situações muito abaixo do aceitável e confessou ter ficado profundamente amargurado com o estado de algumas instalações policiais, mas ao contrário de outros não se ficou pela indignação. Está já em preparação a nova lei de programação das infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança para o período pós-2026, com o compromisso de reforçar a execução financeira e acelerar investimentos.

Com este Governo, a execução da atual lei de programação das infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança para 2022-2026 viu crescer a execução em 20 %, passando dos cerca de 15 %, em 2023, para os 35 %, em 2025 — resultado muito superior ao executado pelos Governos socialistas.

Entretanto, o Governo já assumiu mais de 600 novas viaturas, mais de 20 000 equipamentos operacionais, aquisição de armamento, equipamentos de visão noturna, ...

*Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.*

... 16 000 bastões extensíveis, mais de 1500 *tasers*, reforço dos equipamentos de proteção individual e maior aprofundamento e desenvolvimento de soluções tecnológicas.

Há uma medida particularmente relevante: a aquisição de 8000 câmaras portáteis de uso individual para a PSP e a GNR, com possibilidade de ligação via *streaming* no valor de 6 milhões de euros. As *bodycam*

protegem os cidadãos, mas protegem também os próprios agentes; garantem transparência, melhoram a recolha de provas, reduzem falsas acusações e reforçam a confiança entre polícia e população. Isto é modernizar a segurança interna com responsabilidade e equilíbrio.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Governo assumiu igualmente uma posição clara quanto à disciplina e ao prestígio institucional das forças de segurança. Foi reforçada a ação disciplinar da IGAI (Inspeção-Geral da Administração Interna), foram acelerados processos antigos e destaca-se a conduta da própria PSP e da sua direção, que espoletou, investigou e conduziu à justiça os responsáveis por alegados atos nada condizentes com a função de um agente de autoridade.

A Sr.<sup>a</sup> **Carolina Marques** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — O próprio ministro declarou que comportamentos criminosos dentro das forças têm de ser extirpados, em consonância, aliás, com a posição anteriormente assumida pela então Ministra Margarida Blasco, quando se referia às maçãs podres que era necessário retirar da instituição.

Esta posição é importante, porque há algo que devemos afirmar sem ambiguidades: defender as forças de segurança não significa tolerar abusos e combater abusos não significa atacar as forças de segurança.

*Aplausos do PSD.*

A esmagadora maioria dos homens e mulheres da PSP da GNR servem Portugal com honra, coragem e sentido de missão. É precisamente para proteger essa maioria que os casos desviantes devem ser punidos,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — ... com rapidez e firmeza, porque uma polícia respeitada exige também credibilidade institucional.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Governo avançou ainda noutras áreas fundamentais: foi reforçado o quadro penal relativo às agressões contra forças de segurança e outros agentes de autoridade; foi criado um plano de saúde mental e prevenção do suicídio nas forças policiais; foram lançadas medidas de apoio psicológico mais rápido para profissionais da PSP da GNR; foram alargados os critérios de recrutamento da PSP, para responder à crise de efetivos; foi criada a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na PSP, reforçando a capacidade do Estado no controlo de fronteiras, retorno e fiscalização migratória; e foi ainda retomada a Brigada de Trânsito da GNR, recuperando uma estrutura especializada, essencial para combater a sinistralidade rodoviária e reforçar a fiscalização nas grandes vias nacionais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem o ministro sabe!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Tudo isto demonstra uma mudança de paradigma: um Estado mais presente, um Estado mais preparado, um Estado mais exigente, um Estado mais próximo dos cidadãos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Portugal continua a ser um país seguro, mas nenhum país permanece seguro por inércia. A segurança exige investimento, exige autoridade, exige liderança política e exige respeito por quem veste uma farda ao serviço da república.

Durante demasiado tempo, houve quem olhasse para as forças de segurança com desconfiança ideológica permanente, quase tratando a autoridade como um problema, em vez de um pilar do Estado democrático. Este Governo fez uma escolha diferente: escolheu valorizar as forças de segurança; escolheu modernizar equipamentos; escolheu reforçar meios; escolheu aumentar o número de efetivos; escolheu devolver autoridade ao Estado.

Sem segurança, não há liberdade verdadeira, sem autoridade democrática não há confiança nas instituições e sem forças de segurança valorizadas não existe Estado forte nem democracia estável. Foi esse o caminho que o Programa do Governo delineou, foi esse o programa que esta Assembleia aprovou. É esse o caminho que está hoje a ser feito em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, que será feito pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que terá até 2 minutos para o efeito.

Para pedir esclarecimentos, tem então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, também no que diz respeito aos profissionais das forças de segurança, o Governo é muito lesto a dizer que faz, mas depois não faz o que é preciso fazer.

Veio o Governo, nesta semana, anunciar 400 profissionais para a PSP, em Lisboa e no Porto, mas há dois aspetos que importa salientar. Primeiro, importa que explique à custa do que é que o vão fazer, tendo em conta o seguinte: 400 polícias para os comandos metropolitanos, 200 para as polícias municipais, 300 para o aeroporto, mais 900 que irão passar à pré-aposentação — anúncios feitos pelo Governo —, mas irão concluir brevemente o curso 570 e o novo curso tem 680. Isto significa a redução do policiamento de proximidade, função que é central para a segurança das populações, ou então o encerramento das esquadras, como ainda ontem o ministro veio dizer.

O segundo aspeto é a contradição entre este anúncio do Primeiro-Ministro e as declarações do Ministro da Administração Interna, que, ainda na semana passada, disse que Lisboa tem menos criminalidade, em comparação com o ano passado, e que houve uma redução. Daqui só podemos concluir que o Governo, o PSD e o CDS pretendem exacerbar o sentimento de insegurança, sem qualquer fundamento em dados objetivos, quando deveriam estar concentrados em honrar os compromissos que foram assumidos e não em estar a adiá-los.

Por falar nisso, pergunto: quando é que vai ser retomado o processo de negociação coletiva com as estruturas representativas dos profissionais das forças de segurança quanto às carreiras, remunerações e condições de trabalho? São questões estruturais para valorizar, de facto, os profissionais e para assegurar maior atratividade para a carreira, o que é essencial para o reforço dos profissionais e para um efetivo policiamento de proximidade. É o problema da manta curta: ao tirar de um lado destapa do outro.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra, até 2 minutos, o Sr. Deputado Nuno Gonçalves.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, muito obrigado pela questão e pelo pedido de esclarecimento que fez, que me elucidou em duas coisas. Primeiro, que o PCP é contra os 900 polícias que estavam à espera da pré-reforma,...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Eu não disse isso!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): —... que há anos era adiada, ao vir agora dizer que é contra, porque não deviam estar na disponibilidade, deviam continuar ao serviço.

**Vozes do PSD:** — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Não foi isso que eu disse!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Ou seja, o Partido Comunista é tudo e o seu contrário, também.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Eu não disse isso!...

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Além disso, a Sr.<sup>a</sup> Deputada também é contra o subsídio de risco que foi atribuído. Olhe, vou dar-lhe alguns valores — o Sr. Deputado Pedro Pinto não está, mas aproveito para lhe dar os valores também —:...

O Sr. **Pedro Pinto:** — Estou aqui!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — ... só no ano de 2024, foram 1400 € anuais que receberam a mais; em 2025, 3598 €; e em 2026, 4298 €.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, temos um Governo que sabe o que quer fazer, sabe para onde vai...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — ... e sabe que é preciso dignificar as forças de segurança.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — E agora, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, voltamos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, que tem a palavra para uma intervenção, até 4 minutos e 6 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sr. Deputado, não me atribua palavras que eu não disse, porque aquilo que enfatizei foi que, entre os compromissos assumidos e as entradas, a verdade é que há uma diferença e não é possível assegurar aquilo que o Governo está a dizer. Foi isso que referi na intervenção.

Portanto, mais uma vez, estamos perante propaganda e não perante fazer-se o que efetivamente é necessário.

Sobre este debate, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, caiu mais uma vez a máscara ao Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então não era ao PSD?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — O Chega não marcou este debate por causa do protelamento da negociação com as organizações representativas dos profissionais das forças de segurança quanto a carreiras, remunerações e condições de trabalho, nem marcou este debate por causa da falta de profissionais de forças de segurança na PSP e na GNR ou da degradação das instalações das esquadras da PSP ou dos postos da GNR.

*Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.*

O Chega tornou público o tema deste debate depois de saber que tinham sido detidos profissionais das forças de segurança suspeitos das práticas de atos de tortura e de violações de pessoas particularmente vulneráveis.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — O Chega...

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Outra vez?! «O Chega... o Chega», não pode ser!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... indigna-se perante medidas disciplinares e judiciais que têm vindo a ser tomadas em relação a comportamentos de polícias que terão abusado da autoridade que lhe é conferida, incorrendo, tanto quanto é conhecido, em práticas que não vale a pena aqui qualificar.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E na União Soviética era o quê?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Defender polícias que cometem crimes é o pior serviço que se pode prestar a todos os polícias que, todos os dias, cumprem as suas funções com integridade e com dignidade...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... e que dão o melhor de si próprios para perseguir os criminosos.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Mais uma vez, o que pretendem é instrumentalizar, e não valorizar, os profissionais das forças de segurança, quando trazem a debate diversas iniciativas, misturando tudo, e nem sequer se dão ao trabalho de as atualizar face às alterações que entretanto ocorreram.

Vou dar um exemplo: propõem um suplemento para os profissionais da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, dizendo, na exposição de motivos, que consideram mais adequada a indexação do valor ao do suplemento do Corpo de Intervenção da PSP, no valor de 283,80 €.

*Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.*

No entanto, o que é efetivamente proposto é a indexação ao suplemento de investigação criminal, cujo valor é 149,33 €. Isto, depois de já terem proposto, há seis meses, que esse mesmo suplemento fosse 25 % do salário dos polícias.

Já se sabe que o Chega diz tudo e o seu contrário. Em pouco tempo, mudam de proposta e induzem a ideia de que propõem uma coisa, quando, na verdade, a proposta é outra. Fica-se sem saber se o Chega sabe o que está efetivamente a propor, se sabe copiar ou se achará que os polícias não sabem ler e caem nestas esparrelas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Lenine é que sabe!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Quanto ao Chega, convém ainda lembrar que, quando alguns dos seus principais dirigentes estavam no PSD e no CDS, no tempo da troica, defenderam e foram responsáveis pelos cortes nos salários e nos direitos com que então atacaram os profissionais das forças de segurança.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Diga lá um dirigente!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Diga um!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — O PCP mantém a sua coerência, avançou e avança com soluções concretas para valorizar os profissionais das forças de segurança. Nesta legislatura, são várias as propostas já entregues pelo PCP para reforçar os seus direitos: a atribuição do complemento de pensão, para assegurar que esta corresponde a 90 % do último salário, iniciativa inclusivamente agendada pelo PCP; a criação do estatuto da condição policial, que garanta os deveres, assim como os direitos e as condições de trabalho no exercício das funções policiais; a criação de uma polícia única, de natureza civil, libertando profissionais para o policiamento de proximidade; a atribuição de suplemento aos profissionais da Unidade Especial de Estrangeiros e Fronteiras; a garantia do direito à greve dos profissionais da PSP; a garantia do direito à contratação coletiva, no que respeita ao estatuto profissional, remunerações dos profissionais da GNR e da Polícia Marítima.

Do que o País precisa é de forças de segurança valorizadas,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Querias era um KGB (Comité de Segurança do Estado)!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... com carreiras mais atrativas e capazes de fixar mais profissionais, para dar resposta à exigente missão que têm em mãos. Precisa de mais investimento nas esquadras e nos postos, precisa de medidas concretas e não de propaganda, mas para isso não podem contar com o Chega.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, embora não tenha tempo para responder, a Mesa regista, para já, a inscrição do Grupo Parlamentar do Chega para um pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, eu não ia fazer nenhuma intervenção depois da sua — primeiro, porque já não vale muito a pena, com o número de Deputados que o PCP tem! —,...

*Risos de Deputados do CH.*

... mas não podia deixar de lhe responder. Então, a Sr.<sup>a</sup> Deputada vem a este debate, olha para as propostas e diz que estão aqui várias propostas do Chega — compensação e fixação de polícias nas regiões autónomas suplemento de risco para estes homens e mulheres que dão a vida todos os dias por nós, compensação por indemnizações quando são agredidos, quando são torturados, quando são atacados na rua — e tudo isso o PCP vai inviabilizar, ou vai estar do outro lado.

Mas eu, pelo menos, pensei assim, humildemente: bom, se calhar não fizemos totalmente este trabalho e o PCP apresentou-nos hoje um rol de propostas de facto importantes. Não é para nós, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é para eles.

*O orador apontou para os agentes da autoridade presentes nas galerias.*

Não é para nós!

Fui ver quantas propostas o PCP trouxe hoje: zero!

**Vozes do CH:** — Zero!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Zero! O PCP tem zero propostas! Zero!

*Aplausos do CH.*

É quase já não ter vergonha nenhuma na cara!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nenhuma! Nenhuma!

*Risos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vem aqui dizer que o Chega tem más propostas. OK, e o que é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem? Nada!

**Vozes do CH:** — Nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nada! É dizer «façam como quiserem, não temos nada»!

*Aplausos do CH.*

Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho a certeza de que o PS lhe vai dar tempo para poder responder. Já lhes deram tanto que o PS também vai dar, de vontade.

Agora, a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse assim: «Há uma outra coisa que eu queria dizer, além disto tudo. É que houve dirigentes do Chega que andaram lá nesses partidos, o PSD e o CDS, e, nessa altura, estiveram a fazer determinadas políticas.» Há uma coisa que eu sei, Sr.<sup>a</sup> Deputada: nunca nenhum defendeu a União Soviética aqui, no Parlamento.

*Aplausos do CH.*

Disso pode ter a certeza! Disso pode ter a certeza!

*Continuação de aplausos do CH.*

Nunca nenhum aqui se levantou para dizer que a União Soviética tinha sido uma coisa com muitos avanços e muito importante.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Verdade!

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mais uma, só para ficar com a vergonha que não tem: o Chega propôs a criminalização do ódio contra polícias. Era aquela coisa simples, a quem usa o ódio para atacar estes homens e mulheres que estão a fazer o seu trabalho, e o PCP votou contra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PCP, que perseguiu tudo e o seu contrário ao longo da sua história, o PCP que andou atrás de tudo — homossexuais, liberais, empresários, todos! — não é contra aqueles que atacam polícias. Tenham vergonha na cara!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tendo havido cedência de 1 minuto por parte do Partido Socialista, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos tem até 53 segundos para poder responder.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O PS ainda não falou, mas o PCP já vai falar com o tempo do PS!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço ao Hemiciclo que, para ouvirmos a resposta, dê as mesmas condições que deu para ouvirmos a pergunta.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, creio que fica claro...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Claro? Isso é racismo!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... que quem não tem vergonha nenhuma é o partido Chega, porque instrumentaliza, neste caso concreto, os profissionais das forças de segurança.

*Aplausos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Quando marcou este debate, não se indignou pelo facto de o Governo não estar a cumprir com os compromissos que honrou com os profissionais das forças de segurança. Não foi isso que indignou o Chega para a marcação deste debate!

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

E já agora, Sr. Deputado, queria dizer-lhe, bem claramente: ainda alguns dirigentes do Chega se sentavam ali, com o PSD e o CDS, quando cortaram salários aos profissionais das forças de segurança,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Têm quantas propostas?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... e já cá estava o PCP, há décadas,...

**Vozes do CH:** — A roubar!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... a defender direitos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... a defender condições de trabalho, a defender salários, a defender carreiras.

**Vozes do CH:** — A roubar!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sobre isso talvez os senhores conheçam bem melhor.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — A gamar! Casas, terrenos e tudo!

*O orador desenhou no ar, com um gesto de mão, o ato de roubar.*

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sobre esses gestos que estão a fazer, os senhores é que conhecem! Não é deste lado!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Foi o que vocês fizeram, gamar!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — O que nós sabemos é que estamos há décadas...

**Vozes do CH:** — A roubar!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... a lutar por estes profissionais que todos os dias dão o melhor de si.

*Protestos do CH.*

Já com o Chega não contam...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP, do L e do BE.*

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O que vocês fizeram foi gamar! E desafio-vos a provar que é mentira!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O PREC (Processo Revolucionário em Curso) já acabou! Já não anexas mais nada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos continuar com as intervenções, assim que o Hemiciclo der condições para que eu possa dizer quem é o próximo orador.

*Protestos do CH e contraprotestos do L.*

Srs. Deputados, se quiserem conversas bilaterais, este edifício tem inúmeras salas que podem reservar para essas conversas bilaterais. Não é no Hemiciclo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Só se eu fosse maluco é que ia para uma sala com o PCP!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quem lhe dera!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar às intervenções...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eu ia lá para uma sala com o PCP!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quem lhe dera! Quem lhe dera!

*Risos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passado esse entusiasmo, vamos ouvir a próxima intervenção, que é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até 20 minutos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Esta é do Bloco de Esquerda e não sabe!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O que se passou na Esquadra do Rato é o caso mais grave de violência policial desde o 25 de Abril.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tinha de começar por aí!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — De acordo com os factos narrados pelo Ministério Público, uma vítima implora para não ser sodomizada, e implora usando o vocativo «Sr. Agente», mas é sodomizada com um bastão extensível; um homem marroquino...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E um cigano!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... foi espancado, enfiado num carro de patrulha e abandonado na rua; houve quem fosse algemado a um banco e forçado a cantar *Os Parabéns*; coronhadas na cabeça, cuspiram-lhes em cima, pontapearam-nos, prenderam-lhes os pés, usaram gás-pimenta e riram; uma mulher foi algemada com um crucifixo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso já transitou em julgado!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Filmavam tudo e partilhavam com dezenas de polícias em grupos de *WhatsApp*. Isto é a definição do sentimento de impunidade.

As vítimas eram toxicodependentes, pessoas em situação de sem-abrigo, imigrantes.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Tudo boas pessoas!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Foram detidos 24 agentes de segurança, dois deles chefes. Sabemos o que sabemos porque havia registos fotográficos e vídeos nos telemóveis dos próprios acusados. Havia partilha, havia divertimento à custa da humilhação humana.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eram *influencers*!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Casa Pia também havia!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Já houve casos gravíssimos de violência policial e não os podemos esquecer, dos casos individuais até à exploração de uma comunidade inteira de imigrantes por agentes das forças de segurança.

O Estado de direito exige o que a própria PSP fez neste caso: investigar, detetar e apurar os factos. Mas o sistema de controlo interno não pode falhar durante quase um ano.

O Ministro da Administração Interna — que sabe tão bem o quão difícil é o trabalho da polícia — não hesitou em dizer aquilo que uma pessoa de bem tem de dizer. Disse que os factos são perturbadores, preocupantes, sérios. Admitiu que algo falhou nos mecanismos de controlo e supervisão da PSP, reconheceu a possível existência de uma cultura de violência ligada a fatores complexos, incluindo o aliciamento de elementos da extrema-direita para dentro das forças de segurança,...

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... algo que há anos é denunciado, neste Parlamento, por vários relatórios internacionais que o têm sublinhado.

Isto não é incompatível com outra afirmação, que secundamos, do Sr. Ministro: a de que o sucedido não representa a cultura das forças de segurança. Criticou a impunidade, criticou o silêncio e disse, na entrevista à RTP (Rádio e Televisão de Portugal), que este caso tem de servir para tirar ensinamentos para o futuro e que situações semelhantes não podem voltar a acontecer.

É este o ponto: o futuro. Estamos disponíveis para colaborar nas soluções.

Cito aqui a parte de um excelente texto de Carlos Bastos Leitão, ex-Diretor Nacional da PSP, que faz um conjunto sério de propostas. Diz assim:

«Os sete primeiros polícias em prisão preventiva teriam todos menos de 30 anos. Sabe-se que a esquadra tinha um grande desequilíbrio entre juventude e maturidade.

As esquadras não podem ser todas avaliadas da mesma forma. Se há as esquadras em que quase nada acontece — e que talvez nem devessem estar abertas —, há outras sujeitas a enorme pressão diária por se situarem em zonas urbanas sensíveis.

Esquadras de risco têm obrigatoriamente de ter oficiais em permanência. Se uma esquadra está aberta, tem de existir alguém responsável. Um comando claro.»

Louvamos, volto a repetir, a postura do Sr. Ministro da Administração Interna.

É difícil recrutar, as condições são más, nada justifica a violência. A esmagadora maioria dos polícias cumpre a lei, e o Sr. Ministro disse imediatamente que «quem tem comportamentos desviantes não pode usar um crachá da polícia», e «vários já tiveram guia de marcha», disse.

André Ventura reagiu defendendo os suspeitos, os alegados violadores fardados,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentirosa!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... os violadores fardados de gente sem voz,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... e marcou este debate parlamentar para tentar defender a cumplicidade do Estado com a violência policial.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Não vai conseguir!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ganha juízo!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Insultou, aliás, as próprias forças de segurança quando disse que o Ministro da Administração Interna estava mais preocupado em expulsar polícias do que em lhes dar condições.

**Vozes do CH:** — E está!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Lamento informar o Dr. André Ventura de uma coisa simples: o que destrói a autoridade da polícia não é a sanção, é a violação de pessoas sem voz por agentes policiais.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

A polícia não é uma arma do Estado para aterrorizar os mais vulneráveis. Isso é o que o Sr. Deputado gostaria que fosse, mas felizmente a esmagadora maioria da polícia não quer viver do medo, nem exercer autoridade atrás do medo;...

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Qual medo?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... quer aquilo que o Sr. Deputado despreza: o respeito absoluto pela dignidade humana de todas as pessoas. De todas as pessoas!

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Uma interpelação à Mesa.  
Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, gostaria que a Mesa pedisse à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Alves Moreira a notícia onde se diz que o Sr. Deputado André Ventura defendeu os violadores de farda.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Isto é uma pergunta!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É que a mentira não pode ter lugar neste Parlamento. A mentira tem de terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira.

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Como sabe, Sr. Deputado, não é função da Mesa fazer essa transmissão de mensagem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que está a notícia?!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Esta não vai ser verificada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à próxima intervenção. Pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Martins.

O Sr. **Francisco José Martins** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permitam-me, em primeiro lugar, que manifeste aqui uma saudação especial àqueles que, em representação dos agentes da PSP, da GNR e do Corpo Prisional, estão a assistir aos nossos trabalhos.

Relativamente à matéria que hoje nos traz a debate, sabemos que, por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Chega, é hoje debatida nesta Assembleia da República a problemática do tratamento dado pelo Estado às polícias e a falta de autoridade das forças de segurança em Portugal.

O Governo estabeleceu no seu programa de legislatura uma estratégia de valorização e capacitação das forças e serviços de segurança e de aposta num policiamento mais próximo e eficaz, prevendo uma reorganização de funções na Polícia de Segurança Pública e na Guarda Nacional Republicana, libertando operacionais de tarefas administrativas e promovendo a modernização de infraestruturas e equipamentos.

Como é sabido, há dois anos, o Governo da AD (Aliança Democrática) encontrou o País numa situação muito complexa a nível social, a que não é estranha a política errada seguida pelo Governo do Partido Socialista, existindo no seio das forças de segurança uma crescente insatisfação interna relativamente às condições remuneratórias, aos suplementos, às progressões nas carreiras e à perda de atratividade das profissões policiais.

Neste particular, assumiu especial relevância a valorização remuneratória atribuída à Polícia Judiciária, em 2023, sobretudo em matéria de suplemento de risco, penosidade e insalubridade, que veio significar a falta de reconhecimento da natureza e exigência das funções policiais.

Nestas circunstâncias, o Governo assumiu, e bem, como prioridade estratégica a adoção de políticas públicas orientadas para o reforço da autoridade do Estado, da segurança interna e da eficácia operacional das forças de segurança, considerando que tais objetivos são um corolário da valorização profissional, remuneratória e institucional dos homens e mulheres que servem a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública.

Mais, a eficácia, a capacidade operacional e o prestígio das forças de segurança encontram-se ligadas à existência de condições adequadas para o exercício da missão, designadamente no plano remuneratório, das carreiras, da motivação e valorização do estatuto profissional.

Acresce que o Governo reconheceu igualmente que o exercício das funções policiais implica especiais deveres de disponibilidade, restrição ao exercício de determinados direitos e uma exposição permanente ao risco, à insalubridade e à penosidade que são características das funções.

Nessa medida, repita-se, o Governo da AD consagrou expressamente no seu programa o compromisso da dignificação e valorização das forças de segurança, com pleno reconhecimento do papel essencial da GNR e da PSP na preservação da ordem pública, da segurança interna e da autoridade democrática do Estado.

Nesta base, o Governo da AD, logo em 2024, como de resto já foi aqui sublinhado, procedeu à revisão do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança, com uma primeira atualização e pagamento em 14 meses, o que veio a encontrar correspondência no ano de 2025 e no corrente ano de 2026.

Na verdade, as negociações abertas pelo Governo tiveram como principal objetivo concretizar o acordo político de 2024 entre o Ministério da Administração Interna e as principais estruturas representativas da PSP e da GNR, incidindo sobre matérias como a revisão das tabelas remuneratórias e atualização de suplementos, a revisão dos modelos de avaliação e progressão, bem como a valorização global da condição policial.

Já em 2026, o Governo, por intermédio do Ministro da Administração Interna, cuidou de transmitir uma mensagem de estabilidade institucional e de continuidade dos compromissos assumidos, reiterando que o acordo de 2024 é para cumprir, com particular importância à valorização das carreiras e suplementos remuneratórios.

Neste particular, importa sublinhar a opção do Governo em apostar na negociação com os representantes das forças de segurança, com isto procurando, de forma permanente e concertada, encontrar as melhores soluções para, com a necessidade de encontrar estabilidade orçamental e gradualismo na despesa pública, apostar na permanente valorização das carreiras policiais.

É, pois, neste contexto que apreciamos as iniciativas legislativas apresentadas pelo partido Chega, no que respeita aos montantes da compensação por morte ou invalidez permanente, decorrentes dos riscos próprios da atividade, do suplemento especial por funções operacionais na Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, da PSP, e da aplicação do regime de atribuição de suplemento de missão à GNR, PSP e ao Corpo da Guarda Prisional, criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro.

No que respeita à compensação por morte ou invalidez permanente, entende-se o mérito da proposta apresentada. Todavia, e sempre na base da igualdade que deve revestir a natureza de benefícios, importa atender à graduação efetiva do valor proposto que entre em conflito com o existente na legislação equivalente, seja no âmbito militar, seja ao nível dos bombeiros, sendo que é indispensável clarificar, nomeadamente, o que se entende por indemnização devida, bem como delimitar o âmbito dos danos abrangidos.

Já no que respeita à atribuição dos suplementos, quer por funções operacionais na UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras), quer da missão a atribuir à GNR, à PSP e ao Corpo da Guarda Prisional, é do conhecimento público que tais matérias estão a ser apreciadas no âmbito da negociação em curso entre o Governo e os representantes das forças de segurança, não resultando das iniciativas de qualquer mais-valia visando a concertação para a sua concretização.

É que os motivos que fundamentam as iniciativas, sem pôr em causa a bondade dos propósitos do partido proponente, estão já a ser apreciados pelas partes, não significando qualquer contributo, na busca de soluções concertadas, podendo, ao invés, prejudicar a condução da negociação em curso.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Portugal é um país seguro, mas esse desígnio exige um investimento contínuo nas pessoas. Não há segurança sem profissionais valorizados. Este é o pensamento manifestado pelo Governo, que tem mantido uma permanente disponibilidade para, com os representantes das forças de segurança, encontrar a todo o tempo e na base do diálogo, as melhores soluções para o desempenho da nobre missão de promover a segurança dos portugueses, sempre com o propósito firme de criar a motivação e valorização do estatuto profissional dos homens e mulheres que servem as forças de segurança.

Pelo que, na esteira da aposta séria e responsável na negociação permanente em curso...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não há negociação em curso!

O Sr. **Francisco José Martins**: — ... que o Governo assume quanto às matérias hoje em apreciação em matéria de promoção e valorização dos recursos humanos das forças de segurança, o PSD considera que estamos no caminho certo, dando cumprimento e respeitando o princípio consignado na Constituição do direito à liberdade e segurança, tudo isto sempre a bem de Portugal e dos portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Existem, na nossa Administração Pública, várias carreiras com especificidades próprias, funções e exigências distintas, desde logo uma carreira geral e depois várias carreiras especiais. Mas penso ser justo reconhecer que, dentro destas, existem algumas que têm características ainda mais singulares a que poderíamos chamar carreiras especialíssimas, por terem duas características que as distinguem de todas as outras carreiras da Administração Pública: por um lado, o

mandato em nome do Estado para usar a força, o chamado *jus imperii*; por outro, a aceitação de restrições a direitos fundamentais, que nenhum outro funcionário público conhece.

Quem serve nestas carreiras cede parte da sua liberdade para garantir a nossa. Isso obriga o Estado a uma contrapartida à altura. É o caso das forças de segurança e dos militares das Forças Armadas.

Só reconhecendo isso poderemos fazer uma avaliação correta da necessidade de valorização das pessoas que as constituem e que enfrentam desafios muito diferentes dos restantes trabalhadores da Administração Pública. Desde logo, o risco do seu exercício, mas também a disponibilidade necessária. A pressão constante e o desgaste físico e psicológico que estas funções exigem talvez não tenham paralelo na nossa sociedade, e a sua valorização pressupõe mais que um exercício numa folha de *Excel* no Ministério das Finanças.

Ao longo dos anos têm vindo a ser tomadas várias medidas por diversos Governos, mas a verdade é que muitas delas foram mais paliativas que estruturais. Volvidas duas décadas desde a aprovação das atuais orgânicas e estatutos da GNR e da PSP por um Governo PS, aquilo que se impõe hoje é uma revisão profunda, de forma a garantir estabilidade na missão, meios e recursos das forças de segurança. Uma revisão que vá para além das várias medidas avulsas e incrementais que têm vindo a ser adotadas nos últimos anos, também aqui com o impulso do PS em muitas delas. Recordo o fim dos congelamentos das progressões e das promoções, o reforço dos concursos e vagas para ingresso, a valorização remuneratória da Administração Pública desde 2017 e até mesmo o recente reforço do suplemento de patrulha aprovado para o Orçamento do Estado de 2026.

*Aplausos do PS.*

Fizemos coisas importantes, mas nem sempre o suficiente.

Quem governa hoje é que deve apresentar as soluções que tem. Da nossa parte, sabemos o que é necessário fazer e como fazer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o que não fizeram!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Para tal, é preciso, desde logo, vontade política e ambição reformista.

É necessário um plano ambicioso em quatro eixos: primeiro, revisão das carreiras; segundo, reorganização profunda do dispositivo; terceiro, recursos físicos e meios operacionais; quarto, recrutamento e formação.

A revisão das carreiras não pode ser feita com suplemento aqui, subsídio acolá. Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Temos de ter uma carreira que seja atrativa, que permita atrair os melhores, aqueles que sentem a vocação para servir enquanto agente da autoridade. Não faz sentido continuar a criar suplementos que servem apenas para mascarar despesa estrutural, mas que na realidade são valorizações remuneratórias imediatas para compor o ordenado e que, no final, não contam quando é chegada a reforma.

*Aplausos do PS.*

Não podemos pôr nas mãos de um jovem uma arma, pagar-lhe pouco mais de 1000 € por mês e depois dizer-lhe «vai para ali resolver aquele problema e exercer a minha autoridade», quando a cabeça desse jovem só pensa nas contas que tem de pagar e como chegar ao fim do mês.

A reorganização do dispositivo exige vontade e até pode gerir alguma antipatia junto das autarquias ou algumas comunidades que veem um quartel da GNR ou uma esquadra da PSP como um reflexo de segurança. Mas haver demasiadas quadras ou quartéis nem sempre significa mais segurança, às vezes, bem pelo contrário. Veja-se o caso do dispositivo em Lisboa, em que se o plano de reorganização da PSP, proposto em 2023, fosse implementado, permitiria, desde logo, colocar mais de 1000 agentes na rua, perto das pessoas.

*Aplausos do PS.*

Sabemos bem que em muitas partes do nosso território é o posto da GNR — e aproveito para saudar a Guarda Nacional Republicana pelo seu 115.º aniversário celebrado este mês —...

*Aplausos do PS.*

... a ligação entre as populações e o Estado, mas temos de criar mecanismos que promovam o equilíbrio entre presença física e presença efetiva.

Pela primeira vez, também pelas mãos de um Governo do PS, foi criada uma Lei de Investimentos em Infraestruturas e Equipamentos das Forças e dos Serviços de Segurança, em 2017, renovada em 2022, com um investimento em esquadras e quartéis, viaturas, armamento e outros meios para exercício das funções.

A lei em vigor, com programação até ao final deste ano, pressupunha um investimento nestas áreas de mais de 600 milhões de euros.

*Aplausos do PS.*

Desconhece-se o grau de execução real, mas conhece-se demasiado bem a falta de concretização no terreno: esquadras e quartéis sem condições de trabalho, sem condições de alojamento, onde tudo avaria e se degrada pelo uso e sem manutenção apropriada; viaturas que só existem a funcionar porque as autarquias disponibilizam as reparações ou cedem viaturas; falta de manutenção preventiva em quase tudo, porque o orçamento não estica.

É um inferno permanente para os operacionais e um pesadelo para quem tem de gerir estes milhares de viaturas, infraestruturas e equipamentos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É, é!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Por fim, um programa ambicioso e exigente de recrutamento, seleção e formação.

Sabemos que a urgência de renovação e de preenchimento dos mapas de pessoal nas forças de segurança coloca uma pressão adicional à incorporação de mais agentes e militares na PSP e GNR, mas tal não pode ser à custa da exigência. Obviamente que a valorização das carreiras é talvez a questão mais relevante para atrair mais pessoas ao desempenho dessas funções, mas ainda assim o exercício exige que se escolham os melhores.

Dir-me-ão que nada disto é exequível. Eu creio que é, o Partido Socialista considera que é.

Precisamos que quem governa também o queira fazer. Governar é ter a ambição de resolver, de forma estrutural, assuntos que se arrastam na nossa sociedade. Alguns dirão que não há dinheiro. A esses respondo com uma palavra: prioridades. Se temos um Governo que se gaba da sua gestão financeira e que prescinde de receitas fiscais de cerca de 2 mil milhões de euros, então também pode decidir investir mais na valorização daqueles que garantem a segurança de todos nós.

Portugal é um país seguro, um país tranquilo e um país onde se pode crescer e viver com segurança. Devemos isso à sociedade que construímos, mas também aos milhares de mulheres e homens que todos os dias, faça chuva ou faça sol, ou o vento levante os telhados das casas e destrua tudo por onde passa, zelam pela nossa segurança, pelo cumprimento da lei e pela proteção das nossas comunidades.

Devemos-lhes respeito. Mas o respeito sem condições concretas é vazio. O que lhes devemos é um Estado que esteja à altura do que lhes pede. Essa é a obrigação que qualquer Governo tem e é tempo de este Governo a cumprir.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi um discurso um bocado demagógico!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, a quem dou a palavra.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Vaz, nos últimos dias temos assistido a coisas verdadeiramente espantosas.

Veja bem que já tivemos António Costa a dizer que é inaceitável que os jovens portugueses gastem 100 % ou mais do seu salário para terem acesso à habitação. Veja bem!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — E é!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Temos agora, mais recentemente, José Sócrates a pedir indemnização ao Estado português, mais de 200 000 €, devido, espante-se, à morosidade da justiça.

E agora temos o Sr. Deputado Pedro Vaz a vir dizer-nos que está muito indignado com o estado das instalações da polícia, dos agentes, das viaturas.

*Protestos de Deputados do CH.*

É, de facto, extraordinário!

Só tenho uma pergunta para lhe fazer: confirma ou não que o estado de execução em 2023 das instalações, de acordo com o plano estimado na altura por um Governo do PS, correspondia, pasme-se, a cerca de 8 % do previsto? E que o investimento concretizado nas viaturas era cerca de 5 % do previsto?

Sr. Deputado, diga-nos da sua justiça, porque mais espantos nós não aguentamos.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, caso queira, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, confirmo.

Sabe porquê? Porque o plano é de 2022. Se o Sr. Deputado tivesse responsabilidades alguma vez de governar este País, saberia que primeiro é preciso ter o dinheiro, depois é preciso fazer os projetos, depois é preciso fazer as empreitadas.

*Risos da IL e do CDS-PP.*

Sabe para quê, Sr. Deputado? Sabe para quê? Para este Governo vir aqui anunciar os quartéis e as instalações que estão a inaugurar. É por isso que foram feitos esses planos e esse pacote de investimentos.

*Aplausos do PS.*

Se o Sr. Deputado tivesse experiência de governação ou de fazer qualquer coisa a sério, saberia que era assim.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O PS apresenta planos e não faz!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Nuna Menezes, do PSD. A Sr.<sup>a</sup> Deputada goza de 2 minutos que lhe foram concedidos pelo Partido Socialista.

**Vozes do CH:** — Ah...!

A Sr.<sup>a</sup> **Nuna Menezes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estou aqui, como, aliás, todos nós neste Hemiciclo, como Deputada, portanto, na qualidade de legisladora. Quando apresentamos iniciativas legislativas, temos de o fazer com responsabilidade, não bastando as mesmas cumprirem os requisitos formais para subirem a Plenário. É também necessário que a iniciativa seja justa, adequada, proporcional, útil, necessária e exequível; ou seja, que cumpra uma série de requisitos na sua substância.

Por exemplo, como talvez saibam, sou açoriana. Por isso, veria com natural satisfação, nos termos do Projeto de Lei n.º 444/XVII/1.<sup>a</sup>, que o Chega aqui nos traz, que os agentes da PSP que exercem funções nas regiões autónomas beneficiassem de mais um suplemento remuneratório. O Chega alega que, como eles não auferem um suplemento tal qual o previsto para os agentes do corpo da guarda prisional, tal diferença de tratamento constitui uma violação do princípio da igualdade e compromete os princípios a que a Administração Pública está sujeita.

Mas posso pedir-vos que reflitam. Esse suplemento cumpre os princípios da igualdade e aqueles pelos quais a Administração Pública se deve nortear,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Nuna Menezes** (PSD): — ... quando não estende tal suplemento a todos os funcionários da administração central que exercem funções nas regiões autónomas e, mormente, aos militares da Guarda Nacional Republicana?

Este projeto de lei também cumpre tais princípios quando os agentes da PSP colocados nas regiões autónomas passariam, assim, a beneficiar de um suplemento de fixação quando já auferem um suplemento de residência nos valores de 329,43 € ou de 282,37 €, consoante estejam ou não acompanhados do seu agregado familiar?

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Só desculpas, mas não fez nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Nuna Menezes** (PSD): — Esta iniciativa, aliás, as vossas outras iniciativas foram aprofundadas e ponderadas por forma a constituírem contributos positivos face ao trabalho e às negociações que este Governo, desde 2024, tem levado a cabo com os profissionais das forças de segurança, neste caso concreto, valorizando as carreiras dos agentes da PSP, incluindo a vertente remuneratória?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este trabalho do Governo continua atualmente em curso, pelo que, neste contexto, muitos destes projetos de lei são avisados e sérios, propondo suplementos remuneratórios avulsos, propondo outro tipo de valorizações e de mais direitos quando os contornos e efeitos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra agora, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Rijo, do Partido Socialista.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Da intervenção do Sr. Deputado Pedro Vaz ficou claro que a posição de princípio do Partido Socialista é que a competência para legislar sobre matérias relacionadas com carreiras da Administração Pública, em primeira instância, é do Governo da República, que, recorde, já está em funções há dois anos e que gastou o excedente orçamental que o Governo do Partido Socialista deixou e agora tem de continuar apenas a valorizar carreiras das forças de segurança, que era o que o Partido Socialista já estava a fazer até ter sido interrompida a XV Legislatura.

**Vozes do CH e da IL:** — Claro!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Já passaram dois anos e muito há ainda a fazer em matéria de valorização profissional das forças de segurança. Por isso, o PS não irá inviabilizar as iniciativas, hoje em votação, que tenham essa finalidade.

Já no que toca à iniciativa que visa estabelecer uma presunção de licitude de uso de armas de fogo pelas forças de segurança, não há qualquer razão objetiva invocada e que seja conhecida que seja apta a poder alterar um quadro legal estabilizado há quase 30 anos e que garante, a todas e a todos os portugueses, um sentimento de proporcionalidade e proibição de excessos com tutela legal efetiva.

Sim, nós acreditamos mesmo que nenhum português, a começar pelos próprios agentes da autoridade, quer validar um quadro legal que permita replicar no nosso País aquilo que se vai verificando noutras latitudes, noutros pontos do globo.

*Aplausos do PS.*

A esmagadora maioria dos portugueses defende, aliás, o Estado de direito democrático e revê-se no quadro fundamental de valores previstos na Constituição da República Portuguesa. E rejeita, terminantemente, aquela afirmação que diz que os polícias deviam atirar mais a matar. Nós rejeitamos isso e é em nome deles que nos levantaremos contra o Projeto de Lei n.º 615/XVII/1.ª.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A mentira pega-se! Estás ao pé da Isabel Moreira e ficas como ela! Onde é que isso está?

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sabes muito bem que o disseste!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentiroso! Onde é que isso está?

O Sr. **André Rijo** (PS): — Não, não é mentiroso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É lamentável seres mentiroso!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não tendo a Mesa mais inscrições, passamos ao encerramento e, para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A razão pela qual o Chega marcou este debate hoje tinha uma razão e uma finalidade. A finalidade era assumirmos perante as nossas forças de segurança que, mesmo quando alguns eventos que são públicos as podem manchar, nós não estamos ao lado dos criminosos; estamos ao lado delas.

Passado todo este tempo, o Governo embrulhou-se em espezinhar ainda mais as forças de segurança. O PS e a extrema-esquerda alinharam-se nesse espezinhamento.

Neste debate, esperávamos várias coisas.

Da extrema-esquerda, não esperávamos nada diferente. Na verdade, foram eles que sempre chamaram bosta à bófia, que sempre quiseram acabar com polícias, que sempre disseram que polícia bom era polícia morto. Não se esperaria nada de quem disse que devíamos repensar a continuidade das forças de segurança no nosso País.

Do Partido Socialista, esperava-se um pedido de desculpas, pelo menos.

*Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.*

Pelo menos, o pedido de desculpa de assumir os oito anos, quando agora dizem que o PSD não executa, que o PSD não paga, que não há instituições nem instalações — e conseguissem olhá-los na cara, falar-lhes do suplemento de missão, das instalações destruídas, das fardas que não vinham, dos salários cada vez mais

afundados, assumir essa responsabilidade. O PS não a assume porque nunca assume nada e deixa sempre ver se passa e se uma mão lava a outra.

Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, nós não gostamos de violadores de farda, nem de nenhum tipo de violadores. Nós estamos é verdadeiramente contra esta ideia de que, se o violador tiver farda, tem de ir para a cadeia a vida toda. Mas, se o violador for um cigano, um imigrante ou um transexual, merece perdão, deve ser considerado e deve ser aplaudido.

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Eu não disse isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É isso que o PS nunca há de compreender: a ideia de que não há criminosos bons e criminosos maus, a ideia de que os polícias não são sempre criminosos.

O Partido Socialista mudou, mas há coisas que se mantiveram. Ficou conhecida a expressão de Mário Soares: «Ó Sr. Guarda, desapareça!» O PS ganhou esta herança, de querer que os polícias desapareçam — mas eles não desaparecem!

*Aplausos do CH, com a Deputada Cristina Vieira Henriques de pé.*

Eles estão aqui, lutam por nós e continuarão a lutar por nós com muito orgulho. Eles não desaparecem!

Do PSD, esperava-se mais neste debate. Do Governo, espera-se que agora viabilize aquilo que tem de fazer. Depois de o Ministro da Administração Interna chamar «fruta podre» aos elementos da polícia, depois de o Primeiro-Ministro criticar operações em rusga no Martim Moniz que combatem o tráfico de droga, o mínimo que se podia esperar é que nos salários, nas *bodycams*, nas instalações, nos suplementos de risco, este Governo tenha a coragem de fazer o que este miserável PS não fez ao País durante estes últimos anos.

*Aplausos do CH.*

Não, Srs. Deputados, não podemos, não podemos mesmo, falhar aqui. Não podemos dizer que queremos mais segurança, mas dizemos que vamos encerrar esquadras e andamos pelo País a dizer que queremos um país seguro enquanto encerramos instalações. Não podemos dizer que estamos ao lado dos polícias, mas que não queremos que eles usem a arma, mesmo se rodeados de bandidos com arma e mesmo se rodeados de criminosos. No fundo, o que lhes estamos a pedir é: «Morram por nós, que nós nunca vamos querer saber de vocês.»

A nossa lógica é outra. Entre polícia e bandido, que morra o bandido, porque é isso que nós defendemos: um país em que a polícia seja defendida acima de tudo.

*Aplausos do CH.*

Srs. Deputados, este é um debate em que também se escolhem lados. O nosso é claro, é ao lado dos polícias.

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, passamos agora às votações. Peço aos serviços que abram o sistema de verificação do quórum, por favor, e peço aos Srs. Deputados que se registem.

*Pausa.*

Imagino que todos os Srs. Deputados já estarão registados. Se algum dos Srs. Deputados não conseguiu registar-se, a Mesa tomará nota.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, não me consegui registar.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa regista a ocorrência, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Barroso. Mais alguém não se conseguiu registar?

*Pausa.*

Peço também o favor de tomarem nota do meu nome, para me registarem manualmente.

*Pausa.*

Pronto, está encerrado o momento de verificação do quórum. Temos 197 Deputados presentes, o que é mais do que suficiente.

Vamos, então, dar início às votações, começando por votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 393/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Aumenta os limites da compensação por morte ou invalidez permanente decorrentes dos riscos próprios da atividade policial ou de segurança e prevendo que o Estado assegure a indemnização civil com direito de regresso contra o lesante.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com o voto contra do PSD, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L, do PCP e do CDS-PP.*

Vamos votar agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 394/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria o suplemento especial de serviço por funções operacionais na Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras da Polícia de Segurança Pública.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.*

De seguida vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 444/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estende aos elementos da Polícia de Segurança Pública colocados nas regiões autónomas o suplemento de fixação atribuído ao Corpo da Guarda Prisional.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN, do JPP e dos Deputados do PS Carlos Pereira, Emanuel Câmara e Francisco César e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.*

Vamos prosseguir com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 607/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública e ao Corpo da Guarda Prisional.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.*

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 615/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estabelece a presunção de licitude, em determinadas circunstâncias, de uso de armas de fogo.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do PAN, o voto a favor do CH e as abstenções do CDS-PP e do JPP.*

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 616/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, na atual redação, clarificando o regime de detenção em flagrante delito pela polícia municipal e a entrega imediata do detido à PSP ou à GNR.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do L, do PCP e do BE, os votos a favor do CH e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do CDS-PP e do PAN.*

Proseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 704/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação de uma equipa de análise retrospectiva do suicídio nas forças de segurança, no âmbito da Inspeção-Geral da Administração Interna.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L e do PCP.*

Vamos continuar as votações na generalidade, agora com o Projeto de Lei n.º 619/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o regime de cálculo das pensões do pessoal militar e militarizado e do pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do Corpo da Guarda Prisional, revertendo os cortes introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.*

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 881/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do regime remuneratório dos militares da Guarda Nacional Republicana.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.*

Vamos votar agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 882/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da Polícia de Segurança Pública, o cumprimento integral do acordo celebrado em 2024 e a revisão do regime remuneratório, das carreiras e dos suplementos aplicáveis ao pessoal com funções policiais.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.*

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 949/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela adoção de medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.*

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 950/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Pela reorganização da Polícia de Segurança Pública.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

De seguida vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 951/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a valorização remuneratória, a dignificação profissional e o reforço da saúde ocupacional dos profissionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.*

Vamos prosseguir com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 952/XVII/1.ª (IL) — Recomenda o reforço do policiamento de proximidade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 953/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a criação de um complemento salarial de apoio ao custo de vida para as forças de segurança deslocadas.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Por último, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 954/XVII/1.ª (L) — Prevenção e promoção da saúde mental para as forças de segurança.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, era para anunciar que não me consegui registar, mas que estou presente, como se comprova pelas votações que fui assumindo.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa registará a ocorrência, Sr.ª Deputada.

O Sr. Deputado Paulo Neves pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, era só para anunciar uma declaração de voto por escrito, referente ao Projeto de Lei n.º 444/XVII/1.ª (CH), por parte dos Deputados eleitos pelo PSD Madeira.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Fica registado, Sr. Deputado.

Terminámos, assim, o período de votações e a sessão de hoje. Amanhã retomaremos os nossos trabalhos às 10 horas, com a agenda que se encontra nos suportes informáticos da Assembleia da República.

Muito obrigado, Srs. Deputados, e muito boa tarde.

Está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 48 minutos.*

---

*Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

*Relativa ao Projeto de Lei n.º 444/XVII/1.ª:*

Os Deputados do PSD eleitos pela Madeira reconhecem a legitimidade das preocupações relativas à valorização dos profissionais das forças de segurança que exercem funções nas regiões autónomas, bem como a necessidade de o Estado atender aos custos acrescidos e aos constrangimentos permanentes decorrentes da insularidade e da ultraperiferia.

Contudo, o nosso voto contra o Projeto de Lei n.º 444/XVII/1.<sup>a</sup>, apresentado pelo Chega, assenta em razões de coerência jurídica, equidade entre carreiras especiais do Estado e racionalidade do sistema remuneratório da Administração Pública.

A iniciativa propõe a criação de um novo suplemento remuneratório autónomo correspondente a 15 % da remuneração-base para os profissionais da PSP colocados nas regiões autónomas, através da transposição parcial do regime atualmente previsto para o Corpo da Guarda Prisional. Porém, essa equiparação não encontra, salvo melhor opinião, sustentação bastante numa análise comparada dos respetivos regimes estatutários e funcionais.

Com efeito, os regimes da PSP e do Corpo da Guarda Prisional possuem fundamentos institucionais, estruturas remuneratórias e modelos de suplementos distintos, associados à natureza das respetivas funções, missões operacionais e enquadramento orgânico. O suplemento de fixação previsto para o Corpo da Guarda Prisional integra um sistema estatutário próprio, ligado às especificidades funcionais do sistema prisional e à organização daquela carreira especial, não podendo ser automaticamente replicado para outras forças de segurança.

Por outro lado, importa recordar que os profissionais da PSP já beneficiam de mecanismos compensatórios próprios associados ao exercício de funções nas regiões autónomas, designadamente ao abrigo do artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 299/2009, regime mantido em vigor por força do artigo 154.º-A do estatuto profissional da PSP.

Neste contexto, a criação avulsa de um novo suplemento autónomo de 15 %, desligado dessa revisão estrutural e sem articulação com o regime global das forças de segurança, suscita problemas de coerência normativa, proporcionalidade remuneratória e harmonização do sistema remuneratório do Estado.

Os constrangimentos associados à insularidade, afastamento geográfico, mobilidade, descontinuidade territorial e custo acrescido de vida não afetam exclusivamente a PSP. Também os militares da GNR, os profissionais da Guarda Prisional, os funcionários judiciais, magistrados, trabalhadores dos tribunais e outros funcionários do Estado colocados nas regiões autónomas enfrentam dificuldades idênticas decorrentes da prestação de funções em território insular.

Os Deputados do PSD eleitos pela Madeira entendem, por isso, que esta matéria deve ser avaliada através de uma abordagem global e estrutural por parte do Estado, assente em critérios uniformes de compensação da insularidade aplicáveis às diferentes carreiras especiais da Administração Pública.

Nesse sentido, os Deputados do PSD eleitos pela Madeira defendem e continuarão a defender mecanismos adequados de compensação dos custos permanentes da insularidade para os trabalhadores da administração central colocados nas regiões autónomas, incluindo forças de segurança, funcionários judiciais e demais profissionais da Administração Pública, posição que temos vindo a sustentar através de propostas no âmbito do Orçamento do Estado.

O voto contra não representa qualquer desvalorização das legítimas reivindicações dos profissionais da PSP colocados na Madeira e nos Açores. Traduz, sim, a convicção de que respostas parcelares, avulsas entre corporações não asseguram justiça relativa entre carreiras.

Os Deputados, Pedro Coelho — Vânia Jesus — Paulo Neves.

---

[Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.](#)